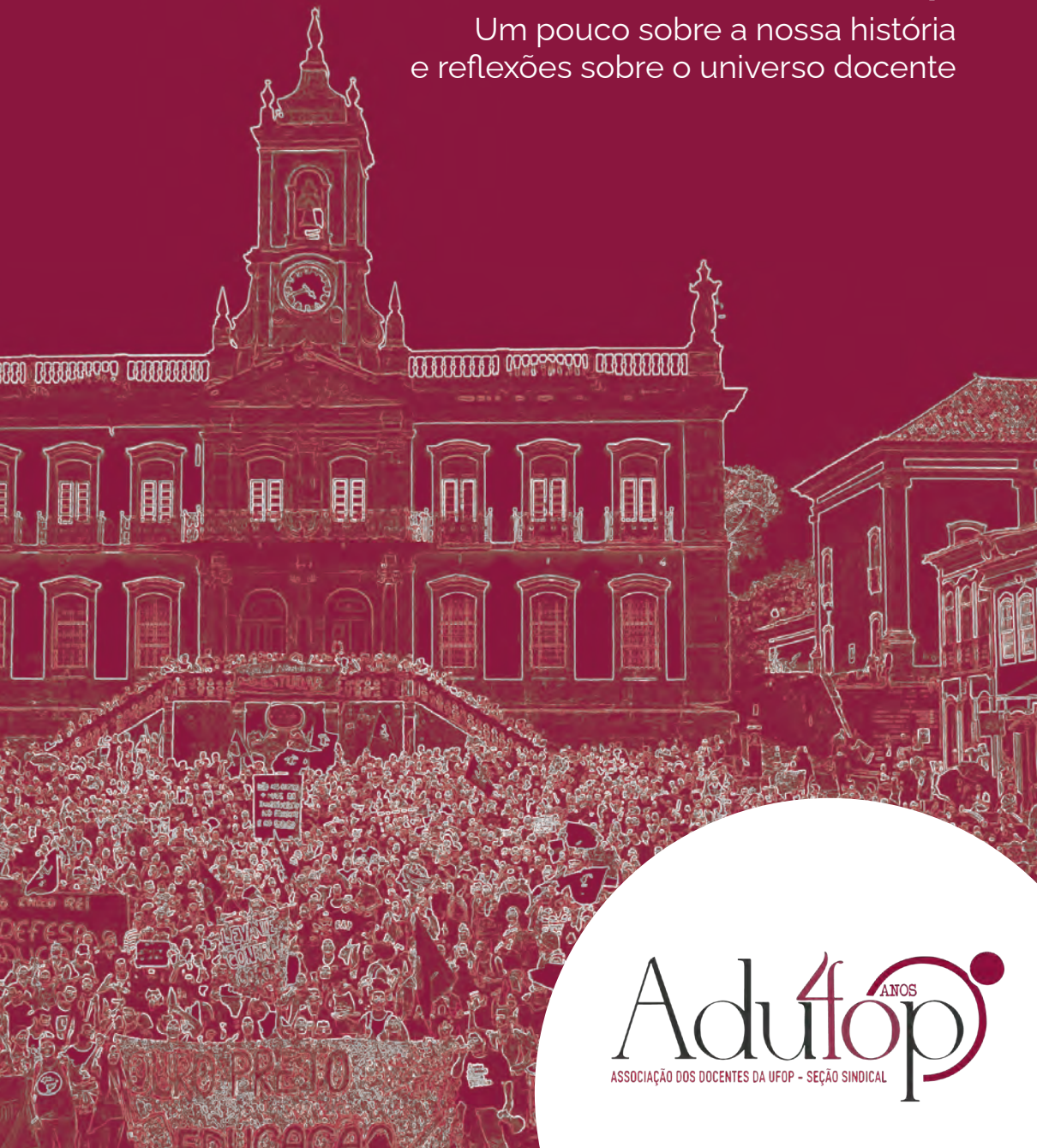
Caderno de textos

40 anos Adufop

Um pouco sobre a nossa história
e reflexões sobre o universo docente



Adufop 40 ANOS

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFOP - SEÇÃO SINDICAL

Caderno de textos

40 anos Adufop

Um pouco sobre a nossa história
e reflexões sobre o universo docente

Organização:
Kathiuça Bertollo
Larissa Lana

Ouro Preto
Adufop - Associação dos Docentes da UFOP
2022

sumário

Apresentação 4

Prefácio 7
Rivânia Lucia Moura de Assis

Educação superior pública no Brasil: desafios atuais à organização sindical 12
Eblin Farage

O necessário compromisso da docência universitária com a classe trabalhadora 33
Rodrigo Fernandes Ribeiro

Considerações sobre a luta sindical do ANDES-SN no contexto da pandemia da Covid-19: uma análise de março de 2020 a março de 2021 39
Kathiuça Bertollo e
Marcilene da Conceição Menezes Murta

Mineração e ecossocialismo: seis temas desde as lutas populares em Minas Gerais e as perspectivas para a luta sindical docente 60
Gustavo Seferian

Arte que respira **luta**. A **luta** urge respirar mais **arte**! 79
Fran Rebelatto

Adufop 40 anos: Uma viagem pela história da UFOP e da luta sindical docente e popular 84

Apresentação

A primeira edição do nosso Caderno é uma semente.
Que esta importante iniciativa se enraíze na Adufop!

A coletânea que lhe chega em mãos é resultado de um trabalho coletivo. Configura-se como uma das ações desencadeadas pela diretoria da Adufop (2021-2023) no bojo comemorativo dos 40 anos de fundação e atuação desta seção sindical do ANDES-SN, que se completam em 4 de novembro de 2022.

Os textos são contribuições teórico-políticas de membros da diretoria da Adufop e de convidados(as) externos(as), membros da diretoria nacional, da Regional Leste, com expressiva trajetória nas lutas sindicais docentes do nosso sindicato nacional.

Ao olhar de modo amplo para o nosso país, percebe-se que a reivindicação por direitos sociais, como saúde, educação, habitação e assistência social, nunca foi uma luta amena neste chão, marcado pela dominação econômico-político-cultural externa, pelos resquícios escravocratas, pelo machismo e pelas opressões étnico-raciais.

Conhecer de modo aprofundado o contexto atual, os contornos assumidos pelo modo de produção capitalista e suas inerentes contradições e antagonismos classistas é o primeiro passo para a construção de lutas amplas e efetivas em defesa da educação, da universidade pública e dos direitos da categoria docente.

Reivindicar a educação pública e a universidade pública como patrimônios históricos e direitos sociais, resultado das lutas travadas pela classe trabalhadora brasileira ao longo dos anos, é primordial e elucida o quanto é equivocada e restritiva a premissa mercadológica que insiste em adentrar nesses âmbitos, se apossar e orientar a produção do conhecimento que ali acontece.

Atravessamos momentos extremamente exigentes nos últimos anos. A pandemia da Covid-19 conforma a existência desta geração e deixa marcas dolorosas, lutos e tristezas. Um cenário que escancarou a necessidade da ciência e do conhecimento socialmente referenciados a partir dos interesses da classe trabalhadora e, nesse sentido, a defesa da universidade pública e sua conformação em uma universidade efetivamente popular é tarefa urgente de reivindicação e construção coletiva.

Escancarou também a necessidade de potencializarmos cada vez mais as lutas coletivas. Nesse sentido, os cinco textos que compõem este caderno são expressões da reflexão crítica e da resistência travada na universidade pública e por meio da luta e organização sindical docente.

O negacionismo e o rechaço ao pensamento crítico precisam ser extirpados dentre nós. Que novas edições do nosso Caderno tornem-se prática cotidiana na luta sindical docente na Adufop, e que não nos afastemos do entendimento de que "a teoria se torna força material quando se apodera das massas", como disse Karl Marx.

Há muito sobre o que refletir e questionar na busca de construirmos, juntos, uma sociabilidade de efetiva liberdade, com justiça social, amplo acesso à educação pública e à universidade e usufruto do conhecimento e da ciência.

Boa leitura!
Diretoria Adufop (2021-2023)

Prefácio

"Cantar a beleza de ser um eterno aprendiz."

Gonzaguinha

Ainda temos tempo e condição humana para cantar e aprender a cada novo amanhecer. Como parte das comemorações dos 40 anos da Adufop, a publicação que aqui se apresenta nos impulsiona a refletir sobre o movimento sindical e seus desafios. O momento de escrita deste prefácio está marcado como um dos mais difíceis da história do Brasil após o processo de redemocratização. Atravessamos um processo eleitoral ímpar na história da nossa frágil democracia: vivemos os últimos quatro anos sob a égide do fascismo, com uma política violenta de extermínio dos direitos da classe trabalhadora em nosso país. Temos vivenciado o aumento exponencial do racismo, do machismo, da lgbtfobia, do capacitismo e da misoginia, que se ancoram na política genocida, negacionista e de extrema direita do governo federal. As eleições ganharam um peso político incontestável, pois podemos resgatar a democracia, que, mesmo sob limites na sociabilidade capitalista, possibilita aos trabalhadores e trabalhadoras lutarem por melhores condições de vida e de trabalho e pautar organizações que projetem o fim do sistema de opressão e exploração.

Esta publicação, portanto, ganha expressiva relevância por condensar textos com temáticas imprescindíveis para a luta da classe trabalhadora. A diretoria da Adufop acertadamente registra nestas páginas importantes contribuições para o movimento docente e, principalmente, para refletirmos um projeto societário em que educação, arte e meio ambiente sejam bens comuns e não mercadoria.

No primeiro artigo, encontramos uma profícua análise sobre o movimento docente, ancorada na realidade brasileira e sua forma peculiar de capitalismo dependente. A autora lança mão de Florestan Fernandes e destaca do autor a seguinte afirmação: "Educação e democratização da sociedade são entidades reais e processos concretos interdependentes – um não se transforma nem pode transformar-se sem o outro".

Em tempos de crise, se aprofunda a investida do capital para capitanear os direitos sociais e mercadorizar a vida. É nesse sentido que evidenciamos o aumento exponencial das instituições privadas de ensino, que aglutinam mais de 80% das matrículas do ensino superior no Brasil. Também acompanhamos que esse crescimento se expressou, em especial, na oferta de cursos a distância, modalidade mais atrativa e lucrativa para o capital. Aliado à expansão da educação como mercadoria, presenciamos um avanço do conservadorismo, que, aliado ao fundamentalismo religioso, tem feito um enfrentamento à educação crítica e plural.

Temos inúmeros desafios para o movimento docente, para a construção de uma educação pública, gratuita, de qualidade, laica e socialmente referenciada, que é incompatível com a lógica do capital, e que, portanto, exige que participemos de um processo de reorganização da classe trabalhadora "na busca de construir não apenas a resistência aos retrocessos imediatos e a luta por direitos sociais, mas, também, com o olhar no horizonte, construir um projeto estratégico para a classe trabalhadora que seja capaz de tirar-nos da escolha do possível dentro da ordem ou do 'menos pior'", ressalta a autora.

A agudização do processo de superexploração dos trabalhadores e trabalhadoras nos países de economia dependente – caso do Brasil – se conjuga a um acirrado processo de financeirização da economia que canaliza as riquezas produzidas, assim como o dinheiro dos trabalhadores para os bancos e instituições financeiras, ao passo que sangra também o orçamento público via o mecanismo da dívida pública. Esse cenário aprofunda a pre-

carização do trabalho, a extinção de direitos trabalhistas e previdenciários e o sucateamento do serviço público e esgarça a vida ao jogar milhares de pessoas na mais plena miséria.

O horizonte da educação como direito fundamental fica cada vez mais distante para a maioria da classe trabalhadora que precisa lutar, prioritariamente, pela sobrevivência. Marx, na Ideologia Alemã, afirmou que os homens devem estar em condições de poder viver para fazer história, ou seja, precisam primeiro satisfazer as suas necessidades básicas de alimentação, moradia, vestimenta e bebida para, assim, poder lutar pela transformação da sociedade.

A luta por democracia substantiva, como trata o segundo texto deste Caderno, é determinante para a transformação desta sociedade. De acordo com o autor, "Não é possível pensar em democracia se a maioria não come e não tem emprego e uma minoria muito reduzida concentra riqueza e poder".

As lutas que o ANDES-SN tem travado contemplam, além das pautas corporativas, questões importantes para o conjunto da classe trabalhadora. A agenda de luta construída nos espaços deliberativos do sindicato é sensível às questões raciais, das mulheres, da população LGBTQIA+, das pessoas com deficiência, dos povos originários, do meio ambiente, da ciência e tecnologia e da seguridade social.

A pandemia da Covid-19 agravou os efeitos da crise do capital para a classe trabalhadora com o aumento do desemprego, da fome e do desalento, e o ANDES atuou durante a pandemia com a defesa intransigente da vida, pautando a necessidade do isolamento social com condições de sobrevivência para os trabalhadores e trabalhadoras que se encontravam impossibilitados de trabalhar. O sindicato se empenhou nacionalmente em ações de solidariedade, contribuindo, por exemplo, com o financiamento de cozinhas solidárias em todo o país. Mesmo em um momento de extrema excepcionalidade, o qual nos impôs atividades virtuais, o ANDES cumpriu um im-

portante papel, conforme aponta o terceiro texto, que sistematizou as pautas e deliberações do ANDES durante o primeiro ano da pandemia. As autoras fazem uma séria análise sobre a educação pública durante esse período e concluem com um importante chamado para a continuidade da nossa luta em defesa da educação pública.

Assim também o fez o texto seguinte ao evidenciar a importância de um sindicato classista como o ANDES estar comprometido ombro a ombro com a luta contra a exploração capitalista e seus efeitos sobre os trabalhadores e as trabalhadoras. Ele chama a atenção para o caráter da mineração no sistema capitalista, que adquire uma forma destrutiva, pautada no lucro, e que deixa de ser uma atividade inerente à espécie humana, conectada à sua condição de sobrevivência, ou seja, um extrativismo ancorado no valor de uso. O texto também ressalta a particularidade da mineração no Brasil, marcada pela escravidão: "o racismo ambiental pode ser percebido não só no contexto laboral direto, mas também pelos efeitos indiretos proporcionados pela mineração em sua recaída desigual no conjunto das comunidades e territórios".

Respirar luta nessa conjuntura tão adversa exige-nos ter a arte como instrumento imprescindível. O último texto deste caderno traz o grito de Elza Soares para denunciar o racismo e a doçura de Thiago de Mello para anunciar a liberdade e a igualdade entre os povos. Ele apresenta a arte como um espaço de resistência que potencializa a compreensão da exploração e opressão da sociedade capitalista. Reivindicamos a arte com política e a política com arte para que possamos cirandar de mãos dadas, cantar um novo amanhecer, recitar a força de transformação que só à classe trabalhadora pertence e bailar ao som de Milton Nascimento, pois os "sonhos não envelhecem".

É com esse respirar da arte e da luta que a diretoria da Adufop entrega à categoria um profícuo material para debater o tempo presente, os nossos desafios e as nossas lutas, alimentando de esperançar o nosso amanhã, a nossa resistência e a nossa condição de fazer política com arte e com firmeza.

Por fim, agradecemos imensamente a oportunidade de prefaciar este Caderno de textos e desejamos que o projeto iniciado pela diretoria da gestão 2021-2023 permaneça como prática política da Adufop, em diálogo constante com a base e com o conjunto da classe trabalhadora.

Outubro de 2022 – Para lembrar que outras primaveras virão!

Rivânia Lucia Moura de Assis

Educação superior pública no Brasil: desafios atuais à organização sindical

Eblin Farage

Resumo: O presente artigo, partindo de reflexões sobre a educação superior pública diante do projeto do capital para a educação, traz alguns elementos, no âmbito do desafio, para pensarmos a organização docente hoje. Considerando as incidências estruturantes para o fortalecimento da educação como mercadoria e sua privatização, o artigo dialoga com dados dos últimos Censos da Educação Superior no Brasil e busca dar visibilidade ao acelerado e avançado processo de hegemonização da educação privada. Ao mesmo tempo, ante essa realidade, traz ao debate alguns elementos sobre os hodiernos desafios para a educação superior e o movimento docente, tendo como referência a politização da vida, a necessária reorganização da classe trabalhadora e a necessidade de construção de um projeto cujo horizonte seja a superação da ordem do capital.

Palavras-chave: Educação Superior Pública. Mobilização Docente. Organização Sindical.

Introdução

O presente artigo busca trazer reflexões sobre os desafios vivenciados no último período pelo ensino superior público, considerando a conjuntura brasileira, os processos de refuncionalização da educação, os retrocessos societários diante da ascensão da extrema direita, as transformações no mundo do trabalho e a consequente reconfiguração do mercado de trabalho, as fissuras na organização da classe trabalhadora e a pandemia. A partir desses elementos, pretende-se tecer algumas considerações sobre os desafios postos ao movimento sindical classista, em especial ao movimento docente organizado no âmbito da Associação Nacional dos Docente Ensino Superior (ANDES-SN), que, em 2022, completou 42 anos.

Compreender os desafios postos na atualidade para o ensino superior público pressupõe considerar os processos históricos da particularidade brasileira: um país colonizado, escravocrata e patriarcal, que conservou como marcas estruturantes o racismo, o machismo e o conservadorismo. Marcas que, apesar de camufladas, não foram eliminadas de nossa sociabilidade e acabam reacendendo sob novos contornos e ações. Na esteira de caracterizar as continuidades e rupturas com essas marcas, apresentaremos algumas reflexões para instigar-nos a pensar os desafios atuais da organização sindical do ensino superior no ANDES-SN.

Em um período de retrocessos sociais e civilizatórios, impulsionados pela crise estrutural do capitalismo e por sua face ultraneoliberal, novos elementos passam a compor a conjuntura, no Brasil e em diferentes partes do mundo, com a ascensão da extrema direita. Assim, a realidade, marcada pelo aprofundamento de graves e históricas desigualdades sociais, entrelaça-se com elementos de retrocesso social no âmbito da dimensão cultural da sociabilidade, o que acaba por marcar, não apenas econômica, política e socialmente a realidade brasileira, mas, em especial, ideologicamente.

As reflexões apresentadas, muito mais que análises teóricas, são fruto de uma militância coletiva e, portanto, representam aprendizados com acertos e er-

ros individuais e coletivos, que maturam e possibilitam ampliar e aprofundar análises, vislumbrando desafios que nos impulsionem a reconstruir o presente e o futuro.

Como afirma Iasi (2005, p. 185):

> Em Marx são os seres humanos concretos, inseridos em suas relações determinadas, que fazem a história, e não manifestações de qualquer essência. Segundo a concepção marxiana, a história é uma sucessão de gerações que atuam sobre as condições deixadas pelas gerações precedentes, sendo assim, ao mesmo tempo, continuidade e ruptura. A humanidade não pode escolher as circunstâncias e a base material sobre a qual constrói as alternativas de seu desenvolvimento, mas pode agir sobre esta base que não é de sua escolha e alterá-la, deixando-a radicalmente transformada para as gerações futuras. Daí sua famosa formulação de que são os seres humanos que fazem sua história, mas não a fazem como querem.

É com essa objetividade e certeza, de quem quer fazer história e compreende que para avançar não podemos considerar apenas nossos desejos e vontades, mas as relações sociais estabelecidas e a necessidade de reconstrução das mesmas, que apresentamos algumas inquietações para (re)pensar o movimento docente hoje.

As determinações estruturais e as incidências no ensino superior público

Muito já se refletiu sobre o projeto do capital para a educação no mundo e na América Latina. Reflexões complexas e pertinentes foram apresentadas por inúmeros pesquisadores, sobretudo por estudiosos, que, como afirmava Florestan Fernandes, estavam comprometidos com uma pesquisa militante, dos quais são exemplos Lima (2007), Squissard (2008), Leher (2019), Fernandes (2020) e tantos outros. Reflexões estruturantes que têm por eixo condutor a conhecida disputa entre público e privado e que revelam a disputa de projetos societários antagônicos, entre os que defendem a educação como

direito social e os que a consideram mercadoria. Na dicotomia entre público e privado, entre capital e trabalho, assentam-se todas as demais divergências e diferenças que as análises sobre a educação inspiram e instigam quando o desígnio é a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Como afirma Fernandes (2020, p. 33-34), pensar a relação entre educação e sociedade democrática:

> [...] Sugere duas relações dinâmicas ou dialéticas: 1ª) a transformação da Educação depende, naturalmente, de uma transformação global e profunda da sociedade; e 2ª) a própria Educação funciona como um dos fatores de democratização da sociedade e o sentido de qualquer "política educacional democrática" tem em vista determinadas transformações essenciais da sociedade. Em tempos de uma visão sistemática e totalizadora, diríamos que *educação e democratização da sociedade* são entidades reais e processos concretos interdependentes – um não se transforma nem pode transformar-se sem o outro; ambos se determinam reciprocamente e qualquer política educacional "democrática" teria de levar em conta essa totalidade histórica dinâmica e criadora [...] (grifo original).

Possivelmente nessa afirmação consista a primeira grande questão estrutural que nos demanda reflexão: o questionamento sobre a possibilidade ou não de construirmos um projeto de educação superior público gratuito, laico, antirracista, antisexista, anticapacitista, antilgbtfóbico, gratuito e socialmente referenciado. Como afirma Mészáros (2005, p. 25), a "incorrigível lógica do capital" impõe limites reais a uma reformulação significativa do sistema educacional. Por outro lado, em uma perspectiva gramsciniana, faz-se necessário gestar o germe do novo ainda na sociabilidade do capital.

Nossos pensamentos e ações devem ser pautados por esse conflito entre posições teóricas que de forma alguma são antagônicas, ao contrário, explicitam contradições da realidade com a qual precisamos nos defrontar. A educação pública superior que almejamos – como direito social para todos e como elemento de construção de uma consciência crítica, pautada na leitura da totalidade da vida real – não é compatível com a sociabilidade capita-

lista, mas, ao mesmo tempo, o novo necessariamente nasce nas entranhas do velho. É, portanto, gestar o novo ante as dificuldades de um modo de produção capitalista. Pois, se como afirma Mészáros (2005, p. 25), "[...] uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social [...]", tão pouco a sociedade mudará sem ter nos processos educativos um vetor importante.

Pensar nossa realidade educacional e os desafios postos ao movimento docente hoje pressupõe compreender os reflexos da particularidade brasileira na sociabilidade desumanizadora e negacionista impulsionada nos anos recentes. Uma particularidade que inclui, além da crise estrutural do capital no mundo e no Brasil, a denominada crise do socialismo real, que traz em seu bojo consequências importantes para a organização da classe trabalhadora.

Dessas duas crises essenciais reverberam um conjunto de outras crises, que se espraiam pela sociabilidade, impondo um processo cultural eivado de dimensão ideológica; no sentido compreendido por Marx (2007), uma visão limitada e parcial do real. Ao mesmo tempo, compreender os desafios postos para a construção da emancipação humana, nos termos apontados pelo autor, exige refletir sobre os limites estruturais do capitalismo para uma democracia plena e a compreensão de que, se buscamos a emancipação humana e não só a política, é necessário compreender as lutas imediatas (táticas), dentro da ordem, e as lutas mediatas (estratégicas) para a classe trabalhadora que busca, de forma definitiva, superar sua condição estrutural de subalternidade, o que só será possível com a superação do capitalismo.

Assim, reconhecer as múltiplas dimensões da educação, seja na leitura das palavras ou do mundo, como afirmava Paulo Freire, ou seu potencial nos processos de transformação da cultura, compreendida como dimensão ampla e sociabilidade, como apontava Gramsci (2000), é essencial para identificar as disputas entre o público e o privado. Uma disputa que camufla a real disputa, qual seja, o antagonismo entre uma educação alienadora, que legitima o *status quo* e difunde como geral a ideologia particular da burgue-

sia, contra a qual se posicionava Marx, e uma educação que, como apontava Gramsci (2000, p. 49), torna a pessoa "capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou controlar quem dirige".

Essa disputa de projetos ocorre calcada na particularidade brasileira, um país escravocrata, um dos últimos do mundo a abolir a escravidão e, ainda assim, quando o fez, não emancipou de fato os negros e negras, mas, ao contrário, deixou-os à sua própria "sorte". Como afirma Moura (2020, p. 19), "(...) a relevância numérica de escravos no Brasil e, de outro, sua distribuição abrangente, atingindo todo o território nacional, determinaram a especificidade do escravismo brasileiro em relação aos demais países (...)", o que nos autoriza a analisar a escravidão como uma questão estruturante do país e, portanto, também o conseguinte racismo, que impacta o sistema educacional brasileiro. Nas instituições privadas, em sua maioria, concentraram-se segmentos da classe trabalhadora e, nas universidades públicas – pelo menos até a conquista das cotas sociais e raciais –, jovens de classe média e alta. Portanto, reconhecer o enegrecimento das universidades públicas é um elemento de alteração no *status quo*, que deve ser perseguido pelos que defendem a educação como bem social.

Outro desafio do tempo presente é compreender que a educação, na ótica do capital, não pode ser resumida a uma mercadoria e deve ser desvelada em sua função ideológica, porque hoje, talvez mais do que ontem, sob o signo da "democracia", o Estado precisa dominar os processos educativos formais de maneira a operar o senso comum. Seja pela adaptação e a busca de consensos ou pela exclusão de amplos segmentos da classe trabalhadora de processos produtivos formais que são excluídos sobre a justificativa de que não têm formação adequada para o mercado de trabalho modernizado.

Vários são os elementos contemporâneos que de forma estruturante esvaziam os processos de ensino e aprendizagem e relegam a educação formal a uma condição subalternizada e refuncionalizada diante das transformações do mundo do trabalho e das novas exigências tecnológicas de sociabilidade.

Uma refuncionalização que passa também pela gradativa redução do investimento público em educação e da ampliação do sistema privado de ensino, como demonstram as tabelas que seguem.

Tabela 1: Distribuição das instituições de ensino superior: pública x privada

Instituições	2018	2019	2020
Públicas (federais, estaduais e municipais)	299	302	304
Privadas	2.238	2.306	2.153

Fonte: Censos Educacionais 2018, 2019 e 2020. Elaboração da autora.

A tabela 1 exemplifica o processo vivenciado nas duas últimas décadas, o quanto a educação superior privada tem avançado no país. Não apenas como uma mercadoria, vendável e rentável, exposta em qualquer esquina e em qualquer modalidade (presencial ou a distância), mas também como um mecanismo de massificação de uma educação que, na maior parte das instituições de ensino privada, pode ser traduzida como um escolão de terceiro grau. Será essa a educação terciária apontada pelo Banco Mundial como a mais adequada para a América Latina? Uma educação que se restringe à transmissão de alguns conhecimentos, já diminutos e resumidos, que não necessita de pesquisa e extensão como componentes fundamentais para a formação dos discentes e que não investe na produção do conhecimento – pesquisas – como base para a melhoria das condições de vida da população?

Uma das principais expressões desse hiato que se forma entre a educação privada e a pública é o investimento na força de trabalho docente. Segundo o Censo Educacional 2020 (BRASIL, 2022, p. 30), nas 2.153 instituições de ensino privadas estavam, em 2020, lotados 194.959 professores na ativa, enquanto que nas 304 instituições públicas havia 171.330 professores na ativa.

Ou seja, o reduzido número de docentes nas instituições privadas de ensino, que, segundo o Censo, foram responsáveis por 95,6% das vagas ofertadas em 2020, é apenas um pouco maior do que o número de docentes nas instituições públicas, que ofertaram 4,4% das vagas. Essa desproporção absurda se explica, em parte, por dois elementos centrais: i) nas instituições privadas, a carga horária docente é priorizada para o ensino da graduação; e ii) as turmas, sejam presenciais ou a distância, comportam mais estudantes nas instituições privadas. Se todas as vagas das instituições privadas tivessem sido ocupadas, haveria ampliação de contratação de professores? Essa é apenas uma questão que os números podem nos suscitar.

Tabela 2: Distribuições das vagas no ensino superior (presenciais e a distância): pública x privadas

Instituições	2018	2019	2020
Públicas (federais, estaduais e municipais)	835.569	837.809	863.520
Privadas	12.693.532	15.587.493	18.762.921

Fonte: Censos Educacionais 2018, 2019 e 2020. Elaboração da autora

Em 2018, segundo o Censo (BRASIL, 2019, p. 13), mais de 90% das vagas ofertadas nas instituições federais foram preenchidas, um dos maiores índices de ocupação de vagas do período. Em 2020, segundo o Censo Educacional (BRASIL, 2022, p. 17), 37,6% das vagas novas ofertadas na modalidade presencial foram preenchidas (em instituições públicas e privadas); já na modalidade a distância, menos de 1/5 foram ocupadas. Como aponta a tabela 2, a oferta de vagas no ensino privado é assustadoramente maior que nas instituições públicas.

Outro dado relevante indicado pelo Censo Educacional é que o aumento de 26,2% no número de ingressantes entre 2019 e 2020 é ocasionado, exclusiva-

mente, pela modalidade a distância, já que nos cursos presenciais houve um decréscimo de 13,9%.

Os dados informados pelo Censo 2020, quando comparados aos números do Censo de 2010, permitem uma radiografia da educação superior nessa década, onde merecem destaque:

> Entre 2010 e 2020, o número de ingressos variou negativamente 13,9% nos cursos de graduação presencial e nos cursos a distância aumentou 428,2% (p. 17).
>
> Enquanto a participação percentual dos ingressantes em cursos de graduação a distância em 2010 era de 17,4%, essa participação em 2020 é de 53,4% (p. 17).
>
> No período compreendido entre 2010 e 2020, a rede privada cresce 89,8%. A rede pública aumentou 10,7% no mesmo período (p. 18).
>
> Quando se comparam os anos de 2010 e 2020, observa-se um aumento no número de matrículas de 42,0% na rede privada e de 19,1% na rede pública (p. 21).
>
> No Brasil, em cursos presenciais, há 2,1 alunos matriculados na rede privada para cada aluno matriculado na rede pública (p. 22).
>
> O número de matrículas na modalidade a distância continua crescendo, atingindo mais de 3 milhões em 2020, o que já representa uma participação de 35,8% do total de matrículas de graduação (p. 24).
>
> Entre 2010 e 2020, as matrículas de cursos de graduação a distância aumentaram 233,9%, enquanto na modalidade presencial o crescimento foi apenas de 2,3% nesse mesmo período (p. 24) (BRASIL, 2022, p. 17-24).

Segundo o Censo Educacional em 2020, cerca de 3,8 milhões de pessoas ingressaram em cursos de graduação, sendo 86% em instituições privadas (BRASIL, 2022, p. 18), ou seja, mesmo que a oferta de vagas não esteja sendo ocupada na mesma proporção por ingressantes na relação entre instituições públicas e privadas, o percentual em instituições privadas é vertiginosamente superior do que em instituições públicas.

Em 2019, das 6.029.702 vagas presenciais, 734.225 eram em instituições públicas, ou seja, dos 12,18% das 10.395.600 vagas a distância, somente 103.584 eram em instituições públicas – apenas 1%. Esses dados demonstram não apenas que o ensino privado hoje domina o mercado, tendo crescido de forma vertiginosa, mas que, nas instituições públicas, a predominância ainda é de vagas presenciais, enquanto nas instituições privadas é de vagas a distância. Esses dados são muito significativos, pois apontam uma tendência anterior à pandemia, que, seguindo as orientações dos organismos internacionais, é pleiteada há pelo menos trinta anos, qual seja, uma educação baseada no ensino privado e na modalidade remota. Após a pandemia, que se caracteriza na particularidade brasileira como um "balão de ensaio" para fazer avançar o projeto do capital para a educação superior no Brasil, coadunando com o antigo projeto de disputa entre o público e o privado, estruturante para a extrema direita, aprofunda-se o processo de refuncionalização da educação.

A busca de formas para refuncionalizar a educação pública superior é tão estruturante para o projeto da extrema direita que permeia o conjunto de ações e projetos elaborados como alternativa para o país. Por exemplo, em fevereiro de 2022 foi lançado pelo Instituto Sagres, em parceria com o Instituto General Villas Boas e o Instituto Federalista, o Projeto de Nação – O Brasil em 2035. Os três institutos reconhecidamente do campo do liberalismo conservador, através de "pesquisa" e "estudos", elaboraram um projeto para o desenvolvimento do país.

O projeto é dividido em duas partes: a primeira dedicada ao "cenário Foco" e a segunda, a "temas, objetivos nacionais e diretrizes político-estratégicas", que se subdivide em sete eixos, a saber: eixo I - Geopolítica Mundial; eixo II - Governança Nacional; eixo III - Desenvolvimento Nacional; eixo IV - Ciência, Tecnologia e Educação; eixo V - Saúde; eixo VI - Segurança e Defesa Nacional; e eixo VII - Segurança Pública. Logo após o sumário do documento, na parte "Explicações Necessárias", assinado por CPEAZ (Consultoria Política e Empresarial para as Américas), Seção Brasil, o documento indica

que "cenários prospectivos nada mais são do que uma "história do futuro", onde narrador e leitores são posicionados no horizonte temporal (neste caso, 2035)" (SAGRES, 2022, p. 9). E continua:

> "Não se trata de uma vã tentativa de adivinhar o futuro – até porque isso é impossível –, mas sim de um exercício baseado em **métodos consagrados** para: alargar os **mapas mentais**; visualizar as principais tendências e suas **possíveis rupturas**; **identificar ameaças** e oportunidades; e propor medidas para a construção do melhor futuro possível" (SAGRES, 2022, p. 9, grifos da autora).

Assim, explicitam-se os cruzamentos entre alguns elementos do projeto conservador do capital para a educação, que busca, hoje, de forma simbiótica, articular ultraneoliberalismo, fundamentalismo religioso, mercadorização da vida e despolitização para a construção de uma sociabilidade pautada na violência e no conservadorismo, onde a educação superior pública, como a concebemos, é absolutamente descartável.

Desafios ao movimento docente hoje

Diante da conjuntura interna e externa, da crise estrutural do capitalismo e do chamado socialismo real, os desafios do movimento docente se ampliam. A antiga disputa entre público e privado, que revela a disputa de projetos societários distintos, como sinalizado anteriormente, ganha novos contornos na particularidade brasileira contemporânea. Daí o desafio de compreender, como afirma Abramides (2019, p. 68), que a "[...] totalidade das relações sociais supõe uma articulação entre economia, política, cultura e ideologia, no conjunto da base material da vida social que expressa determinações da sociabilidade humana [...]". A articulação dessas dimensões pressupõe eivar a luta sindical e a organização do movimento docente com as múltiplas determinações que estruturam a vida social, evitando análises da educação como se esse setor pairasse sobre as relações sociais. Portanto, um dos desafios centrais do movimento docente, ontem e hoje, é considerar que as dinâmicas educacionais são expressão das relações sociais em curso, portanto, da luta

de classes e das disputas entre os distintos projetos societários.

Essa que parece ser uma constatação óbvia, pelo menos no campo da teoria crítica, ao se materializar nas relações sindicais reais, ganha diferentes conotações e colorações. O reconhecimento dessas múltiplas determinações deve nos levar a perceber, inclusive, os limites reais de um sindicato e sua diferença funcional com partidos, movimentos sociais e governos. Um sindicato é um órgão de classe que representa uma categoria e, portanto, tem pautas coorporativas, mesmo quando dialoga com pautas gerais por conta de sua dimensão classista. Assim, reconhecer que a entidade sindical é apenas um sujeito no processo de luta política parece ser fundamental para não superestimar a ação sindical. Da mesma forma, não podemos superestimar a ação da educação, entendendo-a descolada das relações sociais. Portanto, essa é uma compreensão de dupla finalidade: primeiro, reconhecer o lugar e o papel da educação embricada nas relações sociais; e, segundo, reconhecer o movimento sindical como apenas um sujeito, mesmo que muito importante, tão somente um sujeito coletivo.

Ao reconhecer o lugar da educação e, como sinalizado anteriormente, sua mercadorização nas relações capitalistas, explicita-se no horizonte a compreensão de que o seu lugar de sujeito social coletivo exige a articulação com outros sujeitos sociais coletivos, pois a luta em defesa de uma educação pública, socialmente referenciada e democrática, não pode ser tarefa exclusiva das comunidades acadêmicas ou de quem dela se beneficia diretamente. A educação, compreendida como bem social, deve ser uma reivindicação do conjunto da sociedade, inclusive dos segmentos da classe trabalhadora, que, por ora, ainda não acessam os bancos escolares e universitários, mas que compreendem que, ainda assim, são beneficiados com a produção do conhecimento, da ciência e da tecnologia como forma de melhorar sua condição de vida. Essa compreensão exige de um movimento sindical classista a ampla articulação em defesa da educação e da melhoria das condições de vida, bem como estender a luta e a abrangência de direitos para a maior

parte da classe trabalhadora ainda sob a ordem do capital. Sem, contudo, perder do horizonte a superação desta ordem, estruturalmente exploradora e desigual, o que pressupõe uma organização entre vários segmentos da classe trabalhadora, envolvendo entidades, movimentos coletivos das mais variadas formas e matizes, desde que marcados pelo anticapitalismo e anti-imperialismo como bandeira central.

Nesse processo de reconhecimento de lutas que caminham conjuntamente, outro desafio central para o movimento sindical é o reconhecimento e o tratamento de uma relação que deve ser simbiótica entre classe-raça-gênero, sem hierarquias e sem identitarismos. No caso do movimento docente do ensino superior público, organizado no ANDES-SN, implica em reconhecer que a maior parte da categoria é branca e que, na particularidade de um país escravocrata como o Brasil, essa conformação constitui estruturalmente um privilégio. Um racismo estrutural que marca a própria composição universitária pública, no âmbito dos discentes, mas, hoje, acima de tudo, dos docentes, que, em sua maioria, são brancos. Nossa categoria não é majoritariamente de homens, mas isso não elimina o machismo estrutural presente em nossas instituições de ensino e também na estrutura sindical. Reconhecer essa estrutura deve impelir o movimento sindical a ser, no âmbito das ideias, reflexões e produções e, acima de tudo, das ações antirracistas e antimachistas.

Para Oliveira (2021, p. 56), "[...] a luta antirracista tem um forte componente anticolonial, porque o racismo está diretamente ligado à constituição estrutural do sistema-mundo do capital. As relações raciais daí decorrentes são a expressão da luta anticolonial e da luta de classes [...]". E, segundo Angela Davis (2018, p. 99),

> "[...] O feminismo envolve muito mais do que a igualdade de gênero. E envolve muito mais do que gênero. O feminismo deve envolver a consciência em relação ao capitalismo (...). Ele deve envolver uma consciência em relação ao capitalismo, ao racismo, ao colonialismo, às pós-colonialidades, às capacidades físicas, a mais gêneros do que imaginamos, a mais sexualidades do que pensamos poder nomear [...]".

Assim, sem querer, como afirma Haider (2019, p. 36), reforçar a ideia "[...] de Espírito Santo da Identidade, que ganha três formas divinas consubstanciadas [...]"; é necessário reconhecer que classe, raça e gênero "[...] nomeiam relações sociais inteiramente diferentes [...]" (*idem*), apesar de absolutamente vinculadas e, em algumas particularidades sociais, serem até simbióticas. Este reconhecimento coloca-nos o desafio de reafirmar a identidade e não o identitarismo liberal, que busca a sujeição de sujeitos identitários ao poder estabelecido, ou seja, à relação capitalista. Superar dicotomias, hierarquias e fragmentações identitárias, colocando como horizonte a superação da relação social, econômica, racial e de gênero que marca nossa história, é tarefa do movimento sindical e, sobretudo, de educadores e educadoras.

Esses são temas e debates que, se não forem tratados com a camaradagem necessária a uma perspectiva educativa e revolucionária, tendem a fracionar o movimento sindical. Situação que já se faz presente na conjuntura. Divisões eivadas de desrespeitos, de intolerâncias e de agressões, que mais se aproximam do campo político da extrema direita, que tanto criticamos, do que do campo político que julgamos construir, o da esquerda socialista. Daí o desafio de compreender que esses são debates que acabam por marcar de forma agudizada gerações mais recentes e que, por vezes, se chocam, gerando conflitos. Essas situações têm evidenciado outro elemento contemporâneo que parece ser um desafio dos dias de hoje para o movimento sindical: a forma como se tratam as diferenças políticas e a problematização quanto a se essas diferenças têm ou não espaço na estrutura sindical.

Nunca vivenciamos em nossa história um período de tantos fracionamentos. São mais de 14 centrais sindicais registradas (de todas as matizes políticas e teóricas), inúmeras e infindáveis correntes sindicais e partidárias organizadas nos movimentos, dezenas de partidos políticos. Será que existem tantos projetos em disputa? Para além das diferenças políticas, de concepção teórica, de táticas e estratégias, parece ser importante considerar que o fracionamento exacerbado que vivemos hoje no âmbito das organizações da classe

trabalhadora guarda algum tipo de relação com a intolerância e a dificuldade de lidar e aceitar as diferenças no campo da esquerda socialista. Se a incapacidade de dialogar no movimento de uma mesma organização é uma realidade, como buscar o diálogo com outras instituições para enfrentarmos os retrocessos atuais?

Então um novo desafio se coloca: o de dialogar com organizações, movimentos e entidades, na busca de construir não apenas a resistência aos retrocessos imediatos e a luta por direitos sociais, mas, também, com o olhar no horizonte, construir um projeto estratégico para a classe trabalhadora que seja capaz de tirar-nos da escolha do possível dentro da ordem ou do "menos pior". Um projeto que, partindo da análise de totalidade e da impossibilidade de construção de uma organização social justa e igualitária no âmbito do capitalismo, nos impulsione à construção de uma nova ordem societária, o que não é tarefa de uma categoria, mas da uma classe.

Para além dos elementos mais estruturantes que permeiam os debates e os desafios de reorganização do conjunto da classe trabalhadora, é importante marcar os desafios internos ao movimento docente no âmbito da educação superior no Brasil. Nessa perspectiva, além de um reconhecimento dos processos macroeconômicos e políticos que impactam em uma refuncionalização do Estado, a partir do horizonte ultraneoliberal, vivemos, no Brasil, a particularidade de um avanço conservador, que retirou das catacumbas da particularidade brasileira e da ditadura empresarial militar (1964-1985) o autoritarismo, o ódio, a intolerância e o extermínio como método político.

Essa é uma realidade que nos impõe um repensar a universidade pública. Vivemos uma disputa célere e desigual com o objetivo de deslegitimar o instituído e o que foi conquistado pela classe trabalhadora: o direito ao ensino público. Também as universidades públicas estão sendo o alvo da extrema direita na busca de um consenso, baseado em *fake news*, que estabelece esse espaço como o de produtor de valores que seriam antissociais, antifamília, antidemocrático. Argumentos que não se sustentam quando confrontados

com a verdade, pois, ao analisarmos as instituições públicas de ensino, com facilidade identificamos que: i) as instituições de ensino são múltiplas e não são "dominadas" por uma única leitura política e teórica; ao contrário, as universidades se preservam como o espaço da diversidade e da multiplicidade, em que o contraditório deve não apenas ser aceito, mas reivindicado; ii) não existe uma uniformidade de pensamento, o que demonstra que a ideia de imposição do "pensamento único", de fato, é uma reivindicação da extrema direita conservadora, uma vez que o campo mais progressista rechaça a simples ideia de cerceamento de posições; iii) as relações trabalhistas precarizadas se fazem presentes no interior das instituições públicas de ensino. Nas universidades estaduais, por exemplo, pela absoluta ausência de um plano de carreira único e, mesmo entre estaduais de um mesmo estado, a profunda desigualdade nas conquistas. No âmbito das federais, pela desigualdade interna provocada pelas contrarreformas na carreira docente, que leva professores que cumprem a mesma função a terem direitos profundamente desiguais, até mesmo para aposentadoria. Em todas as instituições públicas, as contrarreformas marcam profunda desigualdade entre trabalhadores de uma mesma função, assim como a presença de trabalhadores terceirizados sinalizam a mais profunda precarização presente no interior dessas instituições; iv) o conservadorismo da sociedade também se espraia no interior das instituições públicas de ensino superior e o apoio e/ou indiferença às intervenções realizadas pelo governo federal na nomeação de reitores(as) é uma de suas principais expressões; v) a democracia interna das instituições é frágil, não sendo homogênea e nem hegemônica a ocorrência de relações horizontalizadas e de construção coletiva; e vi) apesar da ampliação na entrada de estudantes de origem popular no ensino superior público, em grande medida provocado pelas cotas, as instituições de ensino ainda são restritas e para poucos, o que tende a elitizá-las.

Considerando esses e tantos outros elementos de diversidade presentes nas instituições de ensino públicas, a organização do movimento docente coloca-se como desafio, de forma ampla e contundente. E, nesse ponto, identi-

fica-se outra fragilidade na organização sindical: a baixa sindicalização dos professores. Mesmo sendo o ANDES-SN um dos maiores sindicatos da educação superior da América Latina, com ampla base sindicalizada – cerca de 80 mil professores –, quando analisado o quantitativo de docentes da ativa hoje nas instituições públicas de ensino – cerca de 171.330 (BRASIL, 2022, p. 30) –, identificamos o hiato existente. Ao analisarmos os docentes sindicalizados nas seções sindicais do ANDES-SN, em que há elevado número de professores aposentados, o hiato torna-se ainda maior. Pois revela que, entre os professores da ativa, o sindicato possui baixo volume de sindicalização, se comparado aos desafios que precisa enfrentar. Os motivos para a reduzida sindicalização entre docentes da ativa são múltiplas e não cabem nos limites deste texto, mas vale registrar que esse é um desafio central a ser enfrentado pelo Sindicato Nacional, qual seja, o de ampliar a sindicalização entre os docentes da ativa como uma tarefa central para as lutas que se fazem necessárias travar em defesa da educação pública e gratuita.

Também há que se considerar como aspecto desafiador para a organização do movimento docente que o debate sobre a educação pública superior, necessariamente, deve articular a luta pela educação pública básica, assim como não deve se limitar às lutas corporativas de uma só categoria. Mas, de forma simbiótica, reorganizar os trabalhos da educação no mesmo projeto, envolvendo educação básica e superior, docentes e técnicos(as) em torno de um só projeto de educação para o Brasil dialogar com a população.

A defesa de uma educação popular, pautada de fato no tripé ensino-pesquisa-extensão, que faça sentido na vida real do conjunto da população também se constitui como um dos desafios de hoje, pois vai na contramão do projeto privatista e de mercadorização da educação que avançou na última década.

Reflexões para continuar o debate

Na educação superior pública brasileira aliam-se, de forma simbiótica, fundamentalismo religioso, perspectiva anticientífica e militarização da vida,

que se conectam à política neoliberal, agora em sua face ultraneoliberal, e produzem graves repercussões na educação.

Agências internacionais como Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Fundo Monetário Internacional (FMI) prescrevem em seus documentos uma educação na América Latina conformada como educação mercadoria, que deve estar a serviço do desenvolvimento capitalista e das demandas da reconfiguração do mundo do trabalho reestruturado, às expensas do trabalhador. Não bastassem essas determinações, muitas delas implantadas pelos sucessivos governos, no Brasil atual elas ainda se combinam com o conservadorismo, explicitado no período pandêmico, na naturalização de uma educação mediada pela tecnologia.

Os dados revelam o avanço desse processo de forma assombrosa. A educação superior passa de majoritariamente pública no início dos anos da ditadura empresarial-militar (cerca de 70%) para hegemonicamente privada em 2020. As contrarreformas na educação já eram sentidas mesmo antes da pandemia iniciada em 2020, mas se agravaram. Não só pela ampliação do ensino superior privado e a distância, mas também pelas inúmeras contrarreformas que incidiram sobre a educação. Na aparência, os efeitos do projeto do capital mostram-se desconexos, mas, de fato, representam o conjunto das ações impostas à educação superior com o objetivo de transformá-la em mercadoria e espaço de reprodução ideológica a serviço do projeto do capital. É nesse sentido que compreendemos de forma concatenada as contrarreformas do ensino médio, da previdência e trabalhista; a Emenda Constitucional 95/2016, que impõe o teto para investimento estatal em políticas públicas; a aprovação da terceirização ampla e irrestrita; a ampliação do ensino a distância nos cursos presenciais de 20% para 40%; e as ameaças da contrarreforma administrativa do governo Bolsonaro, que, se aprovada, mutilará as políticas públicas e sociais com negação de direitos à população mais pobre.

A isso agregam-se os desafios de organização da categoria docente que pas-

sam, também, pela reorganização do conjunto da classe trabalhadora. Essa conformação de aspectos estruturais e conjunturais demandam da categoria docente a construção de um sindicato forte, articulado e articulador das lutas e pautas da categoria, mas também intimamente envolvido e associado às lutas e pautas do conjunto da classe, tendo como horizonte a superação da ordem do capital e a politização da vida e das relações sociais.

Vivemos um tempo de desesperança, que parece nos levar a crer que não vale a pena se organizar nem mesmo lutar por mudanças e alterações na sociabilidade. Esse talvez seja o maior ganho do projeto neoliberal: criar consensos de que nada vale a pena e de que a conjuntura é inevitável. Consensos que empurram a classe trabalhadora à luta exclusiva pela sobrevivência dentro da ordem, sem o horizonte de que uma outra sociabilidade é possível. Ante a desesperança é necessário esperançar, como dizia Paulo Freire; ante a retirada de direitos é necessário reorganizar para não nos limitarmos ao possível dentro da ordem, ao menos pior; ante o ódio é necessário reafirmar o amor como relação revolucionária; ante a extrema direita é necessário reorganizar a esquerda e não se satisfazer com a conciliação do inconciliável. Como dizia Bertold Brecht, "o pior analfabeto é o analfabeto político (...). Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas" (poema *O Analfabeto Político*). O sucesso radical do projeto de educação pública que almejamos e devemos construir depende da reconstrução da esperança em outra sociabilidade e da luta para além da ordem; por isso, o nosso principal desafio é politizar a vida para reconstruir sonhos e esperançar.

Referências

ABRAMIDES, Mª Beatriz Costa. O Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro - ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Editora Cortez, 2019.

DAVIS, Angela. A liberdade é uma luta constante. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

FERNANDES, Florestan. *O Desafio Educacional*. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Caderno do Cárcere** - Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, Volume 2, 2000.

HAIDER, Asad. *A armadilha da identidade* - raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Editora Veneta, 2019.

IASI, Mauro. *Direito e Emancipação Humana*. Revista do Curso de Direito - Faculdade Metodista. São Paulo, 2005, pág. 170-192. Disponível em: https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/RFD/article/view/477. Acesso em: 02 ago. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Superior 2018*: notas estatísticas. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados. Acesso em: 05 ago. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Censo da Educação Superior 2020: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados. Acesso em: 05 ago. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2019* [recurso eletrônico]. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados. Acesso em: 05 ago. 2022.

LEHER, Roberto. *Autoritarismo contra a Universidade* - o desafio de popularizar a defesa da educação pública. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2019.

LIMA, Kátia Regina. *Contrarreforma na educação superior*: de FHC a Lula. Editora Xamã, São Paulo, 2007.

MOURA, Clóvis. *Quilombos, resistência ao escravismo*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2020.

MÉSZÁROS, István. *A Educação para além do capital*. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.

OLIVEIRA, Dennis de. *Racismo estrutural* - uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

SAGRES, Instituto. *PROJETO DE NAÇÃO* - Cenário Prospectivos Brasil 2035 - Cenário Foco - Objetivo, Diretrizes e Óbices. Brasília, 2022.

SGUISSARDI, Valdemar. *Modelo de expansão da educação superior no Brasil:* predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. Educação e Sociedade, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008.

minicurrículo

Eblin Farage: assistente social, mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora associada da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR) da Universidade Federal Fluminense (UFF), coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE). Presidente do ANDES-SN na gestão 2016-2018 e Secretária Geral do ANDES-SN na gestão (2018-2020).

E-mail: farage.eblin@gmail.com

O necessário compromisso da docência universitária com a classe trabalhadora

Rodrigo Fernandes Ribeiro

O compromisso social da universidade pública brasileira com a sociedade precisa ser estabelecido de acordo com aqueles(as) que mais necessitam. Em uma sociedade de classes como a que vivemos, a produção e a disseminação do conhecimento são realizadas, na maioria das vezes, sob muitos princípios amplos e abstratos, construídos sob um regime que mantém o *status quo* e reproduz as profundas desigualdades, a exploração da força de trabalho dos assalariados e uma série de opressões.

A democracia, por exemplo, precisa ser qualificada e substantiva. Várias perguntas precisam ser feitas antes deste exercício de análise. A participação na vida social e política é ampla? A riqueza socialmente construída é distribuída de forma equânime para cada um segundo suas necessidades e de acordo com suas capacidades? Em sua ampla heterogeneidade, todas as classes e os grupos sociais participam e recebem condições iguais de oportunidades?

Neste quesito, é importante destacar que o Brasil, assim como todos os países sob o regime capitalista, organiza as suas relações de produção e reprodução em profunda desigualdade de acesso à propriedade e à riqueza socialmente produzida. Neste país, oficialmente, há mais de 14 milhões de trabalhadores(ras) desempregados(as) (procurando emprego ou não), quase

40 milhões sob relações informais de contratualização do trabalho (sem a devida proteção social)[1] e mais de 125 milhões sofrem de algum tipo de insegurança alimentar, sendo que, destes, 33 milhões passam fome na maior parte dos dias[2].

Por outro lado, evidenciando a situação das classes proprietárias, apenas seis indivíduos detêm a mesma quantidade de riqueza acumulada que quase metade da população brasileira (100 milhões)[3]. Mesmo com a paralisação de muitas atividades durante a pandemia de Covid-19, os lucros dos monopólios dos setores dominantes na economia brasileira só se elevaram. A crise sanitária e humanitária foi uma experiência desastrosa para a maioria da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que gerou várias oportunidades de negócios e lucros para as classes dominantes.

Os bancos mantiveram o fôlego de seus vultosos lucros, crescentes desde muito tempo no Brasil. O agronegócio também manteve sua escalada de lucros, ao mesmo tempo em que continua empregando pouca gente e se beneficiando de isenções de impostos e apoios estatais. E a mineração – em nosso território, exercendo uma dominação sobre todos os demais setores econômicos –, que explora em demasiado a força de trabalho nas minas, expropria territórios, promove crimes humanitários e ambientais com o rompimento de barragens, não só garantiu que este setor não fosse paralisado durante a pandemia, como manteve todas as suas taxas de lucros nas alturas.

---

1. Dados referentes ao trimestre encerrado em junho, considerando leve recuperação desde o relaxamento da pandemia e a aproximação com o período eleitoral. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/34497-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-9-3-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-21-2-no-trimestre-encerrado-em-junho. Acesso em: 23 ago. 2022.

2. Dados evidenciados por tantas notícias de cotidiana luta de boa parte da educação por um mínimo de condições de sobrevivência. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2022/06/08/fome-se-alastra-no-brasil-6-em-cada-10-familias-nao-tem-acesso-pleno-a-comida. Acesso em: 23 ago. 2022.

3. Pesquisa realizada antes da pandemia. Como essa concentração de riqueza estaria hoje? Disponível em: https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/#:~:text=Seis%20brasileiros%20t%C3%AAm%20uma%20riqueza,recebe%20em%20um%20%C3%BAnico%20m%C3%AAs. Acesso em: 23 ago. 2022.

No mesmo ano em que a Vale cometeu o crime do rompimento de barragem de rejeitos em Brumadinho e o consequente assassinato de 270 trabalhadores, a empresa repassou para seus acionistas mais de 7,2 bilhões de reais de dividendos[4]. Esse era ainda o ano de 2019. Nos anos seguintes, a Vale manteve as políticas de repasses de dividendos vultosos aos seus acionistas, enquanto mantinha o arrocho salarial aos seus trabalhadores. Para exemplificar, em 2021, uma das parcelas de repasse de dividendos chegou a 40 bilhões de reais[5].

Essa profunda desigualdade na distribuição da riqueza socialmente construída é sustentada pela ideologia dominante, manifesta na mídia comercial hegemônica e, também, em parte da produção e difusão científica. Além disso, os espaços institucionais restringem a participação política substantiva, reduzindo a mesma ao voto em eleições eventuais. Após a "livre" escolha dos representantes, as políticas são decididas de acordo com a pressão que os setores econômicos dominantes realizam sobre os executivos e os parlamentos. A "liberdade" de escolha nos processos eleitorais é profundamente determinada pelo fator mercadológico. Não à toa, as maiores bancadas de deputados são aquelas que são patrocinadas por grandes corporações, sejam elas religiosas, do setor financeiro, da indústria armamentista, do agronegócio ou da mineração, entre outras.

No que tange à produção e difusão científica e ideológica, um dos resultados que se apresentam é a ausência de um projeto nacional de desenvolvimento. A dependência econômica e política é estrutural, restringindo neste país a produção industrial apenas às áreas extrativistas e agropecuárias. A produção mais complexa de uma ciência que produza inovações tecnológicas do mais alto grau e que permita um caminho soberano na divisão internacional do trabalho não ganha espaço nem o devido investimento. Para a tecnologia

4. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2019/12/24/vale-vai-distribuir-rdollar-72-bilhoes-a-acionistas-atingidos-sem-reparacao-protestam/. Acesso em: 23 ago. 2022.

5. Disponível em: https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/09/16/vale-aprova-r-402-bilhes-em-dividendos-r-810-por-ao.ghtml. Acesso em: 23 ago. 2022.

de ponta não há investimentos, processo que é visto pelos recorrentes cortes nessa área de um orçamento que sempre foi insuficiente.

Essa relação dependente se espelha na particularidade do subdesenvolvimento local e na estrutural desigualdade que persiste nesse rico território. Este processo se aprofunda na constituição e predomínio de grandes latifúndios, hoje destinados à produção de matérias-primas e insumos a serem quase que exclusivamente exportados, na gentrificação das grandes cidades, na precarização de grandes conglomerados urbanos, na ausência de políticas sociais nas periferias e na profunda desigualdade hierárquica de gênero e de raça. A via institucional da democracia liberal que nos governa não só deixa pouca margem para as resoluções dessas expressões que são resultado da extrema desigualdade social, como, sob este regime liberal, esse processo tem se aprofundado. Seu limite está no fato de que as eleições episódicas são a única possibilidade de participação da maioria do povo trabalhador, excluindo-os das decisões públicas sobre os rumos econômicos e sociais.

Autonomia do Banco Central, congelamento dos gastos sociais por mais de 20 anos, precarização das relações de contrato laborais, retirada de direitos previdenciários e sucateamento das políticas sociais foram as medidas políticas legitimadas, aprovadas e conduzidas pelos últimos governos no país. A visão da neutralidade de todas as políticas econômicas e sociais é referendada pela mídia comercial hegemônica, pelos *think thanks* liberais e, muitas vezes, ganha eco na produção e difusão acadêmica, devidamente financiada pelos monopólios.

Neste sentido, é preciso defender uma democracia substantiva que radicalize o processo de participação e decisão em todos os âmbitos, incluindo o econômico. Não é possível pensar em democracia se a maioria não come e não tem emprego e uma minoria muito reduzida concentra riqueza e poder. O capitalismo conduz a monopolização do poder econômico e político, reduzindo, quando não eliminando, todas as saídas democratizantes que vão para além das já aludidas eleições.

Produzir e difundir uma ciência radicalmente relacionada com os interesses da classe trabalhadora é uma tarefa necessária para o conjunto da comunidade universitária, incluindo aqui docentes e pesquisadores brasileiros, no sentido da resolução dos dramas sociais pelos quais nosso povo passa. Por este vínculo, temos que mobilizar todas as forças possíveis para dinamizar os investimentos e as linhas de pesquisa em acordo com esses propósitos. Neste sentido, o investimento estatal é fundamental, com critérios que atendam aos interesses públicos em áreas pouco atendidas.

Por tudo isso, a defesa da educação pública e do investimento estatal foi e ainda é fundamental. Se não fosse o movimento sindical docente e dos técnicos, aliado ao movimento estudantil e ao movimento popular em geral, a gratuidade do ensino já teria sido abolida e boa tarde dos recursos que financiam projetos voltados para o fortalecimento das políticas e dos movimentos sociais não existiria. É claro que a maior parte das universidades públicas ainda continua refém dos monopólios dos setores dominantes em cada território que essas universidades residem, mas somente o fato de a instituição manter aspectos administrativos públicos e a existência de um movimento universitário autônomo possibilitam que haja pesquisas, extensões e ensino voltados para os dilemas da fração do povo mais necessitada de inovações e conhecimentos que promovam a resolução dos problemas das maiorias trabalhadoras.

Nossas tarefas não são pequenas. Já tentaram e ainda buscam privatizar este espaço público com cobrança de mensalidades. É cada vez mais presente o poder dos grandes monopólios privados, predominando sobre o interesse público e a serviço quase que irrestrito dos objetivos de acumulação de lucros. O corte de investimentos em políticas de permanência estudantil e o arrocho salarial dos trabalhadores em educação também são expressões deste processo, que tende à maior privatização dessa política social pública.

Resistir tem sido a nossa principal ação neste momento, o que não é pouco frente à violência que os monopólios empresariais têm promovido sobre

as políticas e o orçamento públicos. A tarefa destes grupos é restringir ainda mais os gastos sociais destinados à classe trabalhadora, convertendo o aparelho estatal em apenas um indutor dos lucros empresariais financeiros, comerciais e industriais. A manutenção de pilares democráticos nas universidades públicas, como livre escolha de dirigentes, autonomia administrativa e financeira e gratuidade do ensino, dentre outras, é resultado deste processo de resistência.

Contudo, é necessário que desde agora partamos para a ofensiva em defesa de políticas que destituam a profunda concentração de riqueza e poder na mão de poucos, que democratizem substantivamente as decisões públicas mais centrais no campo econômico e social, que deixem de privilegiar exclusivamente a produção e difusão de ciência e tecnologia destinada a manter o *status quo* e que perpetuem o "destino manifesto" produtivo brasileiro de ser mero exportador de *comodities*. Para tanto, a luta deverá romper a passividade e o comodismo, retomando uma postura combativa e ofensiva em defesa de uma sociedade substantivamente democrática. Já tivemos essa postura em muitos momentos de nossa história. Não é impossível retomar a direção do desenvolvimento deste processo. ●

minicurrículo

Rodrigo Fernandes Ribeiro: professor do Departamento de Serviço Social (DESSO) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professor do Departamento de Serviço Social (DESSO) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Pesquisador e coordenador do Livre Hermana - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão sobre a Formação Social Latino-Americana e Brasileira. Primeiro tesoureiro da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Ouro Preto (Adufop), gestão 2021-2023.
Email: rodrigo.fernandes@ufop.edu.br

Considerações sobre a luta sindical do ANDES-SN no contexto da pandemia da Covid-19: uma análise de março de 2020 a março de 2021

Kathiuça Bertollo
Marcilene da Conceição Menezes Murta

Resumo: Este texto explicita e reflete sobre as pautas de luta do ANDES-SN no primeiro ano da pandemia da Covid-19 (de março de 2020 a março de 2021). É resultado de uma pesquisa bibliográfica e documental que analisou as convocações e os relatórios das oito Reuniões Conjuntas dos Setores das IEES/IMES e das IFES. Inicialmente são apresentadas as pautas e encaminhamentos assumidos pela entidade a partir destes espaços deliberativos; em seguida são problematizados o contexto da universidade pública e os desafios nestes tempos árduos. Constata-se que o ANDES-SN assumiu e pautou questões intrínsecas à classe trabalhadora brasileira, tais como a defesa da educação superior pública, a garantia dos direitos da categoria docente e a defesa da vida.

Palavras-chave: ANDES-SN. Educação Superior Pública. Luta Sindical Docente. Pandemia da Covid-19.

Introdução

Este texto explicita e reflete sobre as pautas de luta do ANDES-SN no primeiro ano da pandemia da Covid-19 (de março de 2020 a março de 2021). É resultado de uma pesquisa bibliográfica e documental em nível de graduação em Serviço Social desenvolvida no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) que analisou as convocações e os relatórios das oito reuniões conjuntas dos setores das IEES/IMES e das IFES ocorridas naquele período[1].

A partir deste resgate documental das posições políticas assumidas pelo ANDES-SN nestes espaços deliberativos da entidade, apresenta uma reflexão sobre o contexto da universidade pública e os desafios nestes tempos tão árduos de pandemia, com o acirramento da crise do capital, ofensiva sobre a classe trabalhadora e sobre os direitos sociais – entre estes a educação superior pública.

De partida, importa ressaltar que o ANDES-SN

> Foi fundado em 19 de fevereiro de 1981, na cidade de Campinas (SP), como Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (a ANDES). Sete anos depois, em 26 de novembro de 1988, após a promulgação da atual Constituição Federal, passou a ser Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (o ANDES-SN). Ainda sob a pressão do regime empresarial-militar (1964-1985), o ANDES-SN preocupou-se em não apartar o trabalho acadêmico da realidade social, vinculando, na prática, a luta dos docentes às lutas de outros trabalhadores. Essa postura introduziu no cotidiano docente um pensar articulado da realidade social, que, pela sua importância, instituiu espaços destinados à discussão da questão da terra, classe, etnia e gênero, para além de questões ligadas à educação, à ciência e tecnologia, ao sindicalismo e à própria organização dos professores. Atualmente, o ANDES-SN conta com 11 grupos de trabalho que subsidiam a diretoria na discussão desses temas. [...] O ANDES-SN conta com quase 70 mil sindicalizados de instituições de ensino superior e

1. Agradecemos aos funcionários da Secretaria da Adufop João Paulo Ribeiro e Cláudia Peret pela contribuição com as fontes documentais utilizadas nesta pesquisa.

> institutos de educação básica, técnica e tecnológica e está representado em todo o território nacional pelas suas 121 seções sindicais (ANDES, 2022).

A partir de tal organização e estrutura sindical, bem como das posições e bandeiras de luta que o ANDES-SN assume, é possível afirmar que foram intensos, exigentes e pertinentes os debates e encaminhamentos resolutos pela categoria docente nas seções sindicais e no ANDES-SN como um todo.

Caracterização das Reuniões Conjuntas dos Setores das IEES/IMES e das IFES do ANDES-SN

Nos dias 14 e 15 de março de 2020, de forma presencial, reuniram-se 9 membros da diretoria nacional do ANDES-SN e representantes de 52 seções sindicais em resposta à circular nº 036/2020, de 18 de fevereiro de 2020, com o intuito de discutir a seguinte pauta: "1. Análise de conjuntura; 2. Avaliação dos blocos de carnaval - 8M; 3. Informes sobre AG (greve da educação no dia 18/03); 4. Análise da greve da categoria docente (indicativo de greve); 5. Outros assuntos; e 6. Encaminhamentos" (ANDES, 2020a, p. 1). Os encaminhamentos aprovados, conforme circular nº 79/2020, foram:

> 1. Indicativo de greve da categoria docente por tempo indeterminado; construção de greve conjunta do setor da Educação (ANDES-SN, SINASEFE e FASUBRA); 2. Formação de um comando de mobilização conjunto (ANDES-SN, SINASEFE e FASUBRA); 3. Realização de uma plenária conjunta entre ANDES-SN, SINASEFE e FASUBRA no dia 15/03; 4. Manutenção da greve e paralisação do dia 18 de março. Diante disso, que as seções sindicais, em unidade com os demais segmentos que estão construindo o 18M, adaptem as suas atividades às condições locais de manifestação da pandemia do coronavírus, evitando aglomerações. Sugerimos: a) a realização de ações presenciais para difundir junto à população materiais que defendam a revogação da EC 95, bem como a defesa do SUS, dos hospitais universitários e da pesquisa pública; b) a realização de ações midiáticas como a "guerrilha virtual" nas redes sociais, entre 19h30 às 20h30, do dia 18 de março; 5. Que a próxima reunião conjunta dos setores das IFES e

> IEES/IMES ocorra nos dias 18 e 19 de abril de 2020; 6. Suspensão das atividades do ANDES-SN programadas para até o dia 18 de abril de 2020; 7. Elaboração e divulgação de "Nota de solidariedade aos(às) técnicos(as) administrativos(as) sem educação e terceirizados(as)"; 8. Elaboração e divulgação de "Nota do ANDES-SN sobre o coronavírus"; e 9. Elaboração e divulgação de nota de repúdio às ações da reitoria da UFTPR (ANDES, 2020b, p. 7).

A circular nº 125/2020 convocou reunião conjunta de setor para o dia 17 de abril, tendo como pauta: "1. Informes nacionais; 2. Conjuntura; e 3. Ações políticas e de solidariedade no período de pandemia" (ANDES, 2020c, p. 1). Destacamos que essa foi a primeira reunião ocorrida via modalidade virtual. Conforme circular nº 131/2020, que disponibilizou o relatório final, participaram desse encontro 8 membros da diretoria nacional e representantes de 52 seções, e os encaminhamentos aprovados por consenso foram:

> 1. Enfatizar a posição do ANDES SN na defesa do isolamento social e na defesa da vida; 2. Divulgar todas as ações realizadas pelas IES reafirmando a educação pública, a ciência e a tecnologia públicas; 3. Reafirmar a importância do papel dos serviços e servidores públicos para auxiliar a comunidade neste momento de quarentena; 4. Estímulo às ações no campo da saúde mental neste momento de quarentena; 5. Reforço do SUS e das ações na atenção básica à saúde, ampliação das manifestações em defesa da vida e contra a retirada de direitos dos(as) trabalhadores(as) e defesa do SUAS; 6. Manutenção da perspectiva da greve geral; 7. Que as SSind verifiquem a questão do enquadramento funcional nas situações de atividade e licença no período da pandemia ou afastamento por Covid-19 e se está havendo inclusão de trabalho remoto nesse último caso; levantamento das portarias internas e correlação com os impactos salariais; 8. Que as seções sindicais envidem esforços para divulgar o spot de rádio que será enviado pelo ANDES-SN através de carros de som em bairros de periferia e em rádios locais; 9. Que as seções divulguem os materiais produzidos pelo ANDES-SN, como as campanhas de card, live, entrevistas etc.; 10. Que as seções sindicais façam levantamento em sua universidade sobre a situação dos(as) trabalhadores(as) terceirizados(as) e construam ações que pressionem politicamente as administrações

centrais para que todos os direitos desses(as) trabalhadores(as) sejam mantidos e que não tenha demissão; 11. Que as SSind construam ações na defesa dos direitos e na preservação dos salários dos(as) professores(as) substitutos(as) e visitantes durante a pandemia; 12. Lives do ANDES-SN sobre EAD, atividades remotas e o projeto do capital para a educação; 13. Produção de vídeos com linguagem popular e clara sobre quem deve pagar a conta (revogação da EC 95, taxação das grandes fortunas e PIB gasto com pagamento da dívida); 14. Produzir peça publicitária que trate do tema trabalho remoto e docência; 15. Problematizar a política de pesquisa e inovação e a destinação de recursos imediatos e específicos para pesquisa sobre Covid-19; 16. Defender o aumento do valor mínimo do Auxílio Emergencial e desburocratização; para o seu acesso, produzir nota em defesa ao direito ao Auxílio Emergencial aos(às) trabalhadores(as) pauperizados(as) do Brasil; 17. Que o ANDES-SN faça uma consulta às SSind sobre quem já teve portaria de trabalho remoto; que possamos trocar essas normativas entre nós, respeitando a estrutura de funcionamento do ANDES-SN; uma reunião dos jurídicos para acumular sobre o tema das portarias de trabalho remoto em âmbito nacional; 18. Live com o setor jurídico sobre IN no 27 e 28; 19. Dar divulgação às ações das IES públicas no combate à pandemia, enfatizando seu potencial de ações em defesa da vida; 20. Realizar ações de solidariedade acompanhadas do debate da importância do SUS e do SUAS e o papel do Estado; 21. Ampliar o apoio para os(as) estudantes que estão em situação de vulnerabilidade frente à pandemia, cobrando dos poderes públicos estaduais e municipais e nas IES a manutenção e ampliação das políticas de assistência estudantil; 22. Combate à violência doméstica, que se aprofunda com a pandemia e assume especificidades; 23. Denunciar e combater o extermínio indígena, que se aprofunda frente à pandemia; 24. Combater a perseguição a ciganos(as), cujo preconceito se ampliou com a pandemia; 25. Que as seções sindicais avaliem divulgar em seus materiais as hashtags: #BastaBolsonaro/Mourao (prioritária), #Bastadesuaspolíticasgenocidas, #épelavida, #fortaleceroSUSeoSUAS e #avidaacimadolucro; e 26. Nota de repúdio às mensagens que o Ministério da Economia tem enviado aos(às) docentes federais, com assédios mascarados como "dicas", tais como conciliar trabalho remoto e filhos(as) e sobre ter um ambiente adequado a reuniões virtuais (ANDES, 2020d, p. 9-10, 11).

Através da circular nº 167/2020, de 21/05/2020, foi convocada reunião virtual conjunta dos setores das IEES/IMES e das IFES para o dia 29 do referido mês. A pauta foi delimitada nas seguintes questões: "1 - Informes nacionais; 2 - Conjuntura; 3 - Pedido de impedimento do Bolsonaro; 4 - Adiamento do ENEM; Luta contra EaD; 5 - Trabalho remoto; 6 - Ações de solidariedade no período de pandemia; e 7 - Eleições para reitor(a) nas IES" (ANDES, 2020e, p. 1). Conforme circular nº 183/2020, 10 membros da diretoria nacional e 60 representantes de seções sindicais participaram do encontro. Já os encaminhamentos aprovados delimitaram-se em:

> 1. Que o ANDES-SN e suas Seções Sindicais se incorporem nas atividades de junho construídas pelas Frentes Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo e as Centrais Sindicais, assumindo o calendário do Fora Bolsonaro e Mourão pelo fim desse governo; 2. Que o ANDES-SN faça um ofício para o MEC reivindicando que os processos internos das IFES sejam respeitados no que se refere à eleição de reitores(as) e que não sejam, em hipótese alguma, indicados(as) interventores(as). A AJN poderá orientar as assessorias jurídicas das seções sindicais, onde for necessário, para construir a ação local; 3. Que as Seções Sindicais impulsionem debate, no interior das IES, sobre as adaptações necessárias para o período posterior ao isolamento social; 4. Que as Seções Sindicais defendam a autonomia das IES em reestabelecer o calendário acadêmico quando da retomada das atividades presenciais; 5. Solicitar informações das Seções Sindicais sobre "plano de contingência", "plano de biossegurança" e outros das IES; 6. Solicitar informações das Seções Sindicais de diagnósticos que estejam sendo realizados nas IES sobre condições tecnológicas da comunidade acadêmica; 7. Que as Seções Sindicais estimulem o debate sobre as possíveis soluções transitórias para o trabalho remoto em cada IES, com monitoramento constante da luta e correlação de forças, para evitar que atividades transitórias se tornem permanentes; 8. Que as Seções Sindicais façam a luta política para que não seja implementada nenhuma nova forma de controle do trabalho docente nesse período de pandemia e que nos locais que existam tal controle que lutem para que não expressem assédio moral sobre os(as) professores(as); e 9. Que a diretoria avalie a realização de uma campanha de comunicação, a partir de sugestões do GTPE, com os princípios do ANDES-SN sobre a EaD (ANDES, 2020f, p. 14-15).

No dia 24 de junho aconteceu outra reunião virtual conjunta dos setores das IEES/IMES e das IFES, convocada pela circular nº 206/2020, cuja pauta foi: "1. Prorrogação do mandato da Diretoria Nacional do ANDES-SN" (ANDES, 2020g, p. 1). Conforme circular nº 214/2020, que compartilhou o relatório final do encontro, participaram 10 membros da diretoria nacional do ANDES e representantes de 55 seções sindicais.

Ainda no mês de junho, mais precisamente no dia 26, a circular nº 211/2020 convocou reunião virtual conjunta dos setores das IEES/IMES e das IFES para o dia 02 de julho, cuja pauta foi delimitada nas seguintes questões: "1. Informes; 2. Conjuntura; 3. EaD e trabalho remoto; 4. Lei nº 14.010/2020 e as assembleias online; e 5. Outros assuntos" (ANDES, 2020i). Conforme circular nº 218/2020, que publicizou o relatório final da reunião, participaram 10 membros da diretoria nacional e 50 seções sindicais através de seus representantes. E, como encaminhamentos, foram aprovados 7 pontos, sendo:

> 1. Considerando as limitações impostas pela pandemia, bem como o conteúdo da Lei nº 14.010/2020, que as seções sindicais fortaleçam o diálogo com as bases, realizando assembleias e/ou plenárias virtuais, a fim de construir estratégias de atuação diante da implantação de atividades de ensino remoto; 2. Que as seções sindicais construam estratégias para intervir politicamente no processo de implementação do ensino remoto, em defesa de garantias de estrutura para combater a exclusão de discentes e a sobrecarga de trabalho docente, nas instituições nas quais a política esteja em andamento; 3. Que as seções sindicais fomentem no seio das instituições o debate sobre as condições sanitárias e estruturais necessárias para o retorno de atividades presenciais, primando pela garantia ao direito à saúde de docentes, discentes, técnicos(as) e trabalhadores(as) terceirizados(as), nas instituições onde isso for sinalizado, defendendo o isolamento social até o momento em que as organizações de saúde sinalizarem a possibilidade de retorno; 4. Construção de uma campanha nacional onde fiquem explicitadas as contradições do ensino remoto, preferencialmente em articulação com a UNE, ANPG, FASUBRA e SINASEFE; 5. Seguir denunciando a forma antidemocrática com que têm sido conduzidas as decisões, sem anuência dos Conselhos Uni-

versitários, atribuindo aos(às) servidores(as) a responsabilidade exclusiva pelas condições de trabalho remoto; 6. Em defesa da educação presencial explicitando a insuficiência das ferramentas tecnológicas (acesso dado não é acesso garantido; acesso com um celular não é suficiente; acesso aos "vulneráveis" das universidades não é o bastante), a suposta inclusão digital e denunciar o caráter excludente do ensino remoto, explorando seus aspectos políticos (para além das questões mercadológicas) e pedagógicos (implicações didáticas dessa modalidade, perda da relação professor-aluno, desqualificação da função docente, culpabilização dos que não podem participar. Diante do avanço do Ensino Remoto Emergencial (ERE) e considerando que há muita diferença entre as IES, propomos: a) Atuar na defesa do projeto estratégico de educação presencial e, no caso da implantação do ERE, explicitar as contradições e as consequências para a precarização da qualidade do ensino e do trabalho docente; b) Lutar pela garantia e se empenhar para viabilizar a materialidade dos princípios na forma que segue, caso seja implementado o ERE. b.1 - Lutar para garantir a democracia na construção das proposições das Instituições; b.2 - Respeitar e assegurar a liberdade de ensinar e aprender, em tempos de controle ideológico; b.3 - Construir protocolo pedagógico que prime pelas condições adequadas de trabalho, acesso universal e o padrão de qualidade do ensino; b.4 - Definir ações que superem as desigualdades no acesso, que tem que ser universal, ao se construir como alternativa de ensino nesse momento emergencial; b.5 - Realizar ações para a construção de uma plataforma com software livre, própria, ação que poderia ter acontecido com universidades públicas das regiões e do país e, mesmo com a urgência, esta deve ser uma tarefa que devemos nos empenhar, visto o cenário que se apresenta para o futuro; b.6 - As IES desenvolverem ações abertas de divulgação de conhecimento para a comunidade interna e externa, com atividades em diferentes áreas de conhecimento; b.7 - Transitoriedade do processo, neste momento emergencial; e 7. Sugerir ao pleno do GTPE que a, partir das respostas das seções sindicais às circulares que solicitam informações sobre o ensino remoto, elabore um mapa da situação nacional sobre o tema (ANDES, 2020j, p. 10-11).

No mês de agosto, a reunião virtual conjunta dos setores das IEES/IMES e das IFES ocorreu nos dias 27 e 28, sendo convocada pela circular nº 264/2020.

A pauta foi delimitada nas seguintes questões: "1. Informes; 2. Conjuntura; 3. Ensino remoto; 4. Imposição do retorno das atividades de ensino presencial; 5. Resoluções do 8º CONAD Extraordinário; 6. Encaminhamentos; e 7. Outros assuntos" (ANDES, 2020k, p. 1). Conforme relatório final apresentado via circular nº 303/2020, participaram 10 membros da diretoria nacional e representantes de 49 seções sindicais. Já os encaminhamentos aprovados foram:

> 1. Que as seções sindicais mobilizem suas bases para pressionar os(as) parlamentares, utilizando o documento do ANDES-SN, para votarem contra o corte no orçamento da educação proposto no PLOA 2021; 2. Manter o posicionamento político em defesa da educação presencial e contra o ensino remoto, que tem sido implementado de forma autoritária e excludente em universidades públicas, Institutos Federais e CEFET; 3. Que as seções sindicais montem pauta local específica com reivindicações da categoria neste momento, diante da implementação do Ensino Remoto Emergencial (ERE) e considerando que há muita diferença entre as universidades públicas, Institutos Federais e CEFET; 4. Que as seções sindicais analisem as resoluções de suas instituições, relativas ao ensino remoto e seus impactos para o projeto de educação pública e universal, defendido nos documentos produzidos pelo ANDES-SN, com a finalidade de produzir material específico e denunciar os casos em que os direitos de docentes estejam sendo violados; 5. Que o ANDES-SN e as seções sindicais combatam a precarização do trabalho docente e defendam que as instituições garantam as condições de trabalho do ensino remoto em caráter emergencial; 6. Que o ANDES-SN, por meio das seções sindicais, defenda a garantia das condições sanitárias para a definição do retorno das atividades presenciais; 7. Que as seções sindicais realizem levantamento local das condições de realização do trabalho e ensino remotos e seus desdobramentos no adoecimento e lutem para enfrentar seus efeitos sobre a saúde dos(as) trabalhadores(as) docentes; 8. Que as seções sindicais realizem levantamento das demandas dos(as) trabalhadores(as) docentes, para posteriormente exigir respostas das administrações das IES; 9. Que as seções sindicais, em articulação com os estudantes e técnicos administrativos, denunciem a falta de acesso e acessibilidade ao ensino remoto onde este foi implementado e exijam

> das instituições de ensino que, nesse momento de excepcionalidade, sejam garantidas as condições necessárias para tal acesso e acessibilidade; 10. Que as seções sindicais que ainda não o fizeram informem ao ANDES-SN sobre a situação do Ensino Remoto; 11. Que as seções sindicais ampliem a divulgação das críticas ao ensino remoto e das notas técnicas correspondentes ao tema produzidas pelo ANDES-SN; e 12. Que as seções sindicais debatam formas de resistência ao retorno de atividades presenciais nas universidades públicas, Institutos Federais e CEFET, sem a garantia das condições sanitárias, na perspectiva de construção de uma greve sanitária, a ser deliberada no 9° CONAD Extraordinário, defendendo o isolamento social até o momento em que as organizações de saúde sinalizarem a possibilidade de retorno (ANDES, 2020l, p. 10-11).

No dia 1º de dezembro, através da circular nº 380/2020, foi convocada reunião virtual conjunta dos setores das IFES e IEES/IMES para o dia 8 de dezembro e como pauta delimitou-se: "1. Informes; 2. Ataque à autonomia e às intervenções nas Universidades, Institutos e CEFET; 3. Ensino remoto e retorno em 2021; 4. Controle eletrônico de ponto para EBTT e Portaria nº 983/20 (18/11/2020); e 5. Encaminhamentos" (ANDES, 2020m, p. 1). Conforme circular nº 398/2020, participaram 15 membros da diretoria nacional e 55 seções através de seus representantes. Os encaminhamentos deliberados foram:

> 1. Que o ANDES-SN e as Ssind, em conjunto com as entidades da Educação, promovam ações nacionais e locais de mobilização em defesa da autonomia e contra as intervenções nas IES; 2. Que o ANDES-SN e as SSind promovam Semana de Luta em Defesa da Autonomia e contra as intervenções nas IES - de 14 a 18 a 18/12, com outdoor, cards, lives, vídeos, depoimentos e adesivos para automóveis; 3. Que o ANDES-SN, em conjunto com outras entidades da Educação, promova uma Plenária Nacional da Educação, no dia 16/12/2020, sobre autonomia e cortes orçamentários; 4. Que o ANDES-SN e as seções sindicais organizem um dossiê das intervenções nas IES, incluindo detalhes do processo de indicação de reitores(as); os levantamentos feitos pelas seções sindicais devem ser enviados para a Secretaria até o dia 15/02/2021; 5. Reafirmar os princípios

do Caderno 2 sobre autonomia e democracia e eleições nas IES e lutar pelo fim das listas tríplices, respeitando a autonomia das IES e a decisão das comunidades universitárias para indicação de reitores(as); 6. Que o ANDES-SN articule nacionalmente para a criação de um Comitê Contra as Intervenções nas Universidades, Institutos Federais e CEFET; 7. Recomendar ao ANDES-SN que solicite à AJN entrar com um pedido de direito de resposta às inverdades desferidas pelo jornalista Augusto Nunes, bem como com um processo de calúnia e difamação, onde a AJN construa uma minuta para que as seções sindicais possam formalizar a ação judicial; 8. Realizar rodada de Assembleias Gerais da categoria, entre 09/12/2020 e 05/02/2021, para: 8.1 Debater a greve sanitária atendendo à deliberação do 9° CONAD Extraordinário, que deliberou: "Que o ANDES-SN, via seções sindicais, lute contra o retorno às atividades presenciais sem a garantia das devidas condições sanitárias para tal, construindo com as demais categorias do Setor da Educação uma greve sanitária em defesa da vida"; 8.2 Avaliar o envolvimento do Sindicato Nacional em uma campanha pela vacinação em massa no país. (A próxima reunião conjunta dos setores foi agendada para 06/02/2021, quando se avaliará os resultados das AG's.); 9. Que as seções sindicais cobrem das instituições a construção de um Plano Sanitário e Educacional, com todos os segmentos envolvidos, que trate das condições de infraestrutura material, física e de pessoal, para enfrentar a conjuntura a qual estaremos submetidos(as) em 2021; 10. Recomendar que a DN apresente uma proposta para o 40° Congresso na próxima reunião dos setores; 11. Que o ANDES-SN questione a ANDIFES sobre por que não está contestando a retenção de formandos(as) (discentes concluintes) e que as seções sindicais também questionem e pressionem as Reitorias nesse sentido, pois um dos principais argumentos para forçar a transposição total dos currículos para o on-line e o híbrido é a retenção e seu impacto nos orçamentos; 12. Dar visibilidade aos recentes ataques à Carreira EBTT (Portaria n° 983 e nota do MEC), incorporando a pauta de lutas da semana de mobilização, de 14 a 18/12/2020; 13. Que o ANDES-SN acompanhe a tramitação e a votação do PDL 244/2020, que pede a revogação da Portaria n° 983; e 14. Que o ANDES-SN articule com o SINASEFE e o CONIF no sentido de rejeitar a Portaria n° 983 (ANDES, 2020n, p. 5-6-7).

Adentrando no ano de 2021, a circular nº 015/2021 convocou reunião virtual conjunta dos setores das IFES e IEES/IMES para o dia 6 de fevereiro. A pauta foi delimitada nos seguintes pontos: 1. Informes; 2. Avaliação do resultado da rodada de Assembleias Gerais da categoria, realizadas entre 09/12/2020 e 05/02/2021; 3. Encaminhamentos; e 5. Outros assuntos" (ANDES, 2021a, p. 1). Conforme circular nº 042/2021, participaram 15 membros da diretoria e 55 seções sindicais. Já os encaminhamentos foram:

> 1. Que as seções sindicais do ANDES-SN que ainda não realizaram AG deliberem sobre greve sanitária frente à imposição do retorno presencial sem as seguintes condições: vacina do SUS para todas e todos, com a ordem de prioridades definidas nacionalmente pelo PNI, e testagem ampla e rastreamento de condições de trabalho nas IE e CEFET, com os procedimentos, as adaptações, os materiais e os equipamentos necessários; 2. Que o ANDES-SN construa material informativo sobre o significado de greve sanitária; 3. Que o ANDES-SN crie vídeos e cards com informações sobre a situação da educação básica na pandemia, com base em subsídios das seções sindicais, para apoiar a luta do segmento por condições de saúde para os(as) trabalhadores(as) da Educação e de toda a comunidade escolar que se expõem ao risco com as aulas presenciais; 4. Que o ANDES-SN produza vídeos denunciativos a respeito das condições de trabalho/ensino e aprendizagem de docentes, discentes e servidores(as) técnicos(as)-administrativos(as); 5. Que o ANDES-SN amplie a articulação unificada entre as três categorias das IES para a construção da greve sanitária; 6. Que o ANDES-SN desenvolva ações nacionais contra a Portaria nº 983 do MEC, de 18 de novembro de 2020, como buscar o desenvolvimento de ações conjuntas com o SINASEFE, buscar apoio de parlamentares, ações junto ao CONIF e solicitar reunião com a SETEC; 7. Construção de um calendário de lutas e mobilização em fevereiro, em conjunto com as organizações dos trabalhadores e trabalhadoras, contra a Reforma Administrativa e pela vacinação para todas e todos; 8. Que o ANDES-SN intensifique a campanha "Reitor(a) eleito(a), reitor(a) empossado(a)", com informações sobre os desdobramentos/implicações para as instituições onde o(a) reitor(a) empossado(a) não foi o(a) eleito(a); 9. Que o ANDES-SN siga atuando junto ao setor da Educação na luta pela ampla vacinação para

> que haja condições para o retorno presencial; e 10. Intensificar a luta acerca da defesa dos salários, das carreiras e das condições de trabalho da professora e do professor. Pontos que foram remetidos para serem debatidos no pleno do GTPE: · Que o ANDES-SN, por meio das seções sindicais, faça um levantamento de condições de trabalho e de aprendizagem sobre ensino remoto dos(as) docentes e discentes da IES (remeter ao GTPE para que possa sistematizar os levantamentos, pesquisas que temos sobre as condições de trabalho e aprendizagem no ensino remoto); · Que o ANDES-SN exija a elaboração de um Plano Sanitário e Educacional pelas instituições de ensino, com a participação de todos os segmentos de suas comunidades – docentes, funcionários(as) e estudantes para o pós-pandemia; · Que o ANDES-SN siga atuando junto ao setor da Educação na luta pela ampla vacinação para que haja condições para o retorno presencial; · Chamar uma plenária da Educação a partir de um calendário unificado que debata o ensino público e a organização do IV ENE; e · Chamar reunião do GTPE na primeira semana de março para preparar a proposta de realização de plenária da Educação (ANDES, 2021b, p. 12-14).

Expostas as pautas e encaminhamentos das reuniões conjuntas de setores das IEES/IMES e das IFES ocorridas entre março de 2020 e março de 2021, consideramos pertinente evidenciar que, ao longo do ano de 2020, foram realizados, em formato virtual, três CONADs extraordinários, sendo: 8ª CONAD Extraordinário, nos dias 30 e 31 de julho; 9º CONAD Extraordinário, entre os dias 28 e 30 de setembro; e 10º CONAD Extraordinário, no dia 1º de dezembro. Este último teve como tema "Posse da Diretoria do ANDES-SN para o Biênio 2020-2022". Esta informação explicita que a questão organizativa-político-eleitoral para a diretoria nacional da entidade, coincidentemente, ocorreu ao longo do primeiro ano da pandemia e demandou/tomou significativa parte dos debates e ações da entidade. No ano de 2021, ocorreram, ainda em formato virtual, mais três CONADs extraordinários: nos dias 27 de março e 03 de abril de 2021 ocorreu o 11º CONAD extraordinário, nos dias 02, 03 e 10 de julho de 2021 ocorreu o 12º CONAD Extraordinário e nos dias 15 e 16 de outubro de 2021 ocorreu o 13º CONAD extraordinário. E, neste ano de 2022, já ocorreram, em formato presencial:

o 40º Congresso, nos dias 27 de março a 1º de abril, e o 65º CONAD, nos dias 15 a 17 de julho. Ao longo de todo esse período, ainda demarcamos a realização de reuniões dos Grupos de Trabalho do ANDES-SN, espaços que, apesar de não possuírem caráter deliberativo, são âmbitos relevantes da organização e estrutura sindical da entidade.

Breves pontuações sobre a educação superior pública e os desafios em tempos de pandemia da Covid-19

Pautar, refletir e avançar a partir de um sentido crítico e socialmente posicionado não é tarefa fácil no que se refere à educação e ao ensino superior/à universidade brasileira. Fernandes (1975), em sua clássica obra *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* já sinalizava o quão exigentes são os dilemas que esse contexto assume sob os marcos da dependência e subordinação econômica aos países de capitalismo central, isto é, aos países de maior desenvolvimento econômico e, consequentemente, de poderio. O autor nos disse: "[...] o ensino superior brasileiro é, basicamente, um ensino de **elite** para **elite**" (p. 37, grifos originais).

Passadas décadas desse esforço teórico e interpretativo da realidade e do ensino superior no país, muitas questões se alteraram, algumas demonstrando e configurando-se como conquistas no âmbito da emancipação política, por meio de acesso aos direitos sociais através de políticas sociais operacionalizadas pelo Estado, outras agravando-se a partir da estrutura capitalista dependente e do ideário neoliberal que neste chão se perpetua e se assevera cotidianamente e que tem, neste mesmo âmbito do Estado, possibilidade e requisição para acontecer.

Relacionado a estes determinantes, o professor Roberto Leher faz importantes reflexões sobre o contexto de mercantilização da educação, de apropriação do fundo público pelo Capital ao que se refere à oferta e configuração da política de educação em nosso país. Afirma:

> Desde o final da ditadura (1985), por diversos meios, o Estado seguiu subsidiando continuamente a expansão do setor privado. Mesmo em um contexto de grande mobilização social do Fórum Nacional em Defesa da Educação na Constituinte (1987-1988), que defendeu a educação pública, a Constituição Federal insistiu que "o ensino é livre à iniciativa privada" (Art. 209) e que "os recursos públicos serão destinados às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas" (Art. 213). Amparados pelas brechas na Constituição, os operadores do setor privado lograram considerável êxito no fortalecimento das instituições privadas, agora de caráter mercantil, conceituadas como "particulares" (LEHER, 2019, p. 164-165).

Nesse bojo e na história recente, nos deparamos com a pandemia da Covid-19, situação que ainda carece de melhor compreensão sobre seus impactos e consequências nos diferentes âmbitos da nossa existência material e subjetiva enquanto gênero humano. Este fato dramático escancarou ainda mais o antagonismo classista no globo como um todo, seja de domínio de um Estado-Nação sobre outros, seja de uma classe social sobre outra. No Brasil, sob a condução do governo federal e de governos estaduais e municipais conservadores, vivenciamos o sucateamento do Sistema Único de Saúde (SUS), a precária implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a forte tendência à mercantilização do sistema público-estatal de educação. Cenários esses que se agravam cotidianamente, uma vez que este é um tempo histórico que se inscreve sob os preceitos da crise estrutural do Capital e de ofensiva sobre nós, classe trabalhadora, e nossas conquistas históricas.

Em suma, podemos dizer que a pandemia da Covid-19, mais uma vez, explicitou que são parcos os acessos aos direitos sociais no Brasil. A lógica mercantil que se sobrepõe à garantia do direito social à educação pública e gratuita por parte do Estado brasileiro é reafirmada através de inúmeros projetos governamentais e legislações. Podemos citar como exemplos recentes: o programa Future-se – que, mesmo neste momento arquivado, pode voltar à pauta e ser aprovado pelo governo ultraliberal que o propôs, uma vez

que sua proposta central é a irreversível subsunção da Universidade Pública ao Capital; a PEC 206/2019 – que preconiza a cobrança de mensalidade na Universidade Pública; e a Portaria nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019, que permite a ampliação de carga horária na modalidade de Ensino a Distância (EaD) em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao Sistema Federal de Ensino (mesmo aprovada antes da pandemia, é nesse momento que está sendo instituída localmente nas IES pelas reitorias); dentre outros ataques, como a restrição e cortes orçamentários que atingem diretamente a política de assistência estudantil, a contratação/ampliação do quadro de pessoal/recursos humanos, reformas e ampliação dos espaços físicos das IES, a compra de insumos e equipamentos, a diminuição e o congelamento do valor pago através das bolsas de pesquisa e extensão etc.

Diante desse cenário de desmonte e ataques, a organização classista através dos sujeitos coletivos forjados ao longo da história pela e a partir da classe a que pertencemos é imprescindível. Somente com ampla e articulada resistência podemos fazer frente e derrotar o "projeto do capital para a educação" e materializar um projeto que explicite, se ampare e propague conhecimentos e ciência que estejam a nosso dispor e intentem a satisfação das nossas demandas, desde as elementares e urgentes até as que ainda nem sequer vislumbramos devido ao grau de tolhimento intelectual e subjetivo a que somos submetidos nesta sociabilidade cuja preponderância é do econômico, da lucratividade e do individualismo sobre o social e o bem comum coletivo. Nas palavras de Leher (2019, p. 181), "o agrupamento em prol da educação antimercantil é vital para o futuro da democracia e do real direito à educação, sob perspectivas universais que somente os que vivem do próprio trabalho e são explorados têm condições de levar adiante".

Em meio a conjunturas acirradas, marcadas na história seja "pela tragédia e/ou pela farsa", por avanços e retrocessos, vamos construindo a história no tempo presente e deixando legados às gerações posteriores, como muito bem

nos alertou o filósofo alemão Karl Marx: "os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram" (Marx, 2011, p. 25).

Nesse sentido, o movimento estudantil e a organização político-sindical docente e dos(as) técnicos(as)-administrativos(as) são imprescindíveis à defesa da universidade que temos no presente, mas sem desconsiderar que ainda permanece a tarefa histórica e coletiva de construir uma universidade efetivamente popular. No conjunto de sujeitos coletivos, o ANDES-SN, ao longo dos seus mais de 40 anos de existência, é uma entidade que não se afasta das pautas arraigadas na defesa da educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Constatamos tal posicionamento ao analisarmos sua atuação e posições assumidas ao longo deste recente, doloroso e exigente momento, que tem sido o da pandemia da Covid-19. Essa defesa somente é possível uma vez que a compreensão e as posições são intrínsecas à classe trabalhadora e, dessa forma, se espraiam da defesa das questões particulares do seu âmbito de atuação para as do conjunto da classe fundamental a que pertencemos.

Considerações finais

Procuramos evidenciar as pautas de luta do ANDES-SN no primeiro ano da pandemia da Covid-19 (de março de 2020 a março de 2021) a partir de análise dos relatórios das oito reuniões de setor das IFES ocorridas naquele período. Constatou-se que as posições assumidas pela entidade vinculam-se e decorrem de problemas/questões econômico-sócio-históricas vivenciadas pelos(as) trabalhadores(as) e enfrentadas coletivamente por inúmeros movimentos sociais e entidades sindicais que reivindicam emprego, transporte, moradia, terra, educação e saúde, dentre outras pautas. O movimento sindical docente organizado e protagonizado via ANDES-SN constitui-se na relação permanente com as experiências e atuação de variadas instâncias

coletivas que lutam pelo acesso e garantia dos direitos sociais e trabalhistas.

A partir da intensa reorganização e atuação no referido período, reafirmou-se que a educação superior pública é um direito humano e um bem público. Do período analisado até o presente momento, agosto de 2022, decorreu-se mais de um ano. Dos pertinentes e significativos encaminhamentos assumidos ao longo do primeiro ano da pandemia, inúmeros outros foram posteriormente desencadeados em reuniões de setores e reuniões dos Grupos de Trabalho e, especialmente, no 40º Congresso e 65º CONAD, espaços que, ao retomarem o formato presencial de acontecimento e a partir da metodologia assumida no estatuto da entidade, permitiram e garantiram a ampla participação da categoria docente.

Os desafios são cotidianos e há muito o que se enfrentar nesta quadratura histórica. Nesse sentido, ressaltamos o caminho acertado que o ANDES-SN tem trilhado e construído de modo coletivo e pela base, em alinhamento e a partir dos legítimos interesses da classe trabalhadora. Desfechamos estas breves reflexões reivindicando as palavras e melodia de Milton Nascimento, na música *Dia Comum*.

Pode ser um dia comum como um outro dia qualquer
Pode estar debaixo da cama ou depois da porteira, onde ocê quiser

Pode vir de manhã feito beijo na testa na hora da gente acordar
Pode vir de tardezinha quando ocê voltar

Pode ser fruta caída do pé ou palavra escondida num verso qualquer
E vai
Vai mudar sua vida vai
Vai mudar

Pode entrar pela sua janela e sair pela porta sem nem te avisar
Pode ficar ao seu lado sem você notar

Pode vir da sua cabeça ou subir pela espinha pra te arrepiar
Pode ser só uma ideia pra você pensar

Pode ser fruta caída no pé ou palavra escondida num verso qualquer
E vai
Vai mudar sua vida vai
Vai mudar ●

Referências

ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **História**. Disponível em: https://www.andes.org.br/sites/historia.

ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Circular nº 36/2020**. Disponível em: https://www.andes.org.br/sites/circulares. 2020a.

ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Circular nº 79/2020**. Disponível em: https://www.andes.org.br/sites/circulares. 2020b.

ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Circular nº 125/2020**. Disponível em: https://www.andes.org.br/sites/circulares. 2020c.

ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Circular nº 131/2020**. Disponível em: https://www.andes.org.br/sites/circulares. 2020d.

ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Circular nº 167/2020**. Disponível em: https://www.andes.org.br/sites/circulares. 2020e.

ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Circular nº 183/2020**. Disponível em: https://www.andes.org.br/sites/circulares. 2020f.

ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Circular nº 206/2020**. Disponível em: https://www.andes.org.br/sites/circulares. 2020g.

ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Circular nº 214/2020**. Disponível em: https://www.andes.org.br/sites/circulares. 2020h.

ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Circular nº 211/2020**. Disponível em: https://www.andes.org.br/sites/circulares. 2020i.

ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Circular nº 218/2020**. Disponível em: https://www.andes.org.br/sites/circulares. 2020j.

ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Circular nº 264/2020**. Disponível em: https://www.andes.org.br/sites/circulares. 2020k.

ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Circular nº 303/2020**. Disponível em: https://www.andes.org.br/sites/circulares. 2020l.

ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Circular nº 380/2020**. Disponível em: https://www.andes.org.br/sites/circulares. 2020m.

ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Circular nº 398/2020**. Disponível em: https://www.andes.org.br/sites/circulares. 2020n.

ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Circular nº 015/2021**. Disponível em: https://www.andes.org.br/sites/circulares. 2021a.

ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Circular nº 042/2021**. Disponível em: https://www.andes.org.br/sites/circulares. 2021b.

FERNANDES, Florestan. **Universidade pública:** reforma ou revolução? São Paulo, Alfa ômega, 1975.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade:** o desafio de popularizar a defesa da educação pública. 1ª ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels)

minicurrículos

Kathiuça Bertollo: assistente social. Mestre e doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Compôs a gestão 2018-2021 da Adufop como 1ª tesoureira. Atualmente compõe a gestão 2021-2023 como presidente da entidade. É membro da Frente Mineira de Luta das Atingidas e Atingidos pela Mineração (FLAMa), do Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro (CFCAM) - Mariana-Ouro Preto, do Movimento por uma Universidade Popular (MUP) e da Corrente Sindical e Operária Unidade Classista (UC).
E-mail: kathiuca.bertollo@ufop.edu.br

Marcilene da Conceição Menezes Murta: bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).
E-mail: marcilene.murta@aluno.ufop.edu.br

Mineração e ecossocialismo: seis temas desde as lutas populares em Minas Gerais e as perspectivas para a luta sindical docente[1]

Gustavo Seferian

Resumo: O presente artigo propõe elementos para uma agenda programática que alce as questões socioambientais à condição de centralidade, buscando indicativos desde a realidade de Minas Gerais e nas lutas travadas no Estado, com vistas ao enfrentamento da questão mineral posta pela ação predatória capitalista. Tomando por referência o horizonte estratégico ecossocialista, incide em temas como a natureza do trabalho extrativo e a qualidade histórica de sua exploração, a minerodependência e seus efeitos estruturais, além de tratar da financeirização como tônica contemporânea de sua efetivação, apontando indicativos para uma recomposição dos horizontes da luta sindical docente na lida com tais temas de extrema urgência.

Palavras-chave: Mineração. Ecossocialismo. Extrativismo. Financeirização da Natureza. Sindicalismo Docente.

1. O presente texto teve versão original destinada à revista Movimento, sendo ora reapresentado com acréscimos e adaptações.

Se calarmos, as pedras gritarão
Se falharmos, nossos filhos tentarão
O que não pode é crime socioambiental
Passar em branco por um pedido de perdão
Trevo Ribeiro, desde Pedro Tierra

As profundas chagas da mineração voltam a arder em Minas Gerais. Nas últimas semanas, o avanço do capital sobre a Serra do Curral, por intermédio da mineradora Taquaril Mineração S.A. – ou simplesmente Tamisa –, reavivou na maior cidade do estado o drama experimentado por outras centenas de municípios das Geraes, não apenas afetando potencialmente o patrimônio paisagístico e simbólico do município; a mineração na Serra do Curral traz graves riscos à fauna e à flora da região, ao abastecimento hídrico da cidade, bem como à qualidade de vida das comunidades que vivem em torno do empreendimento que pretendem realizar.

O ainda tímido processo de mobilização popular em resposta ao projeto, bastante longe de estar à altura da ameaça às condições de existência colocadas em nosso horizonte, de modo algum confirma o "paradoxo" de Giddens (2009). Este – que, em linhas gerais, sinaliza que quanto mais se tem a compreensão geral do impacto da ação antrópica na devastação da natureza, menos a população se coloca em ação voltada ao enfrentamento dessas práticas daninhas – pode ser simplesmente infirmado pela constatação da material e agonizante violência que o capital sujeita o conjunto dos oprimidos e oprimidas, comunidades e territórios, interditando com sua força ofensiva apropriatória o forjar de melhores condições de enfrentamento.

Por essas e outras razões, o tema da mineração reclama aos e às ecossocialistas imprescindível atenção, que não deve estar apenas localizada na boa compreensão teórica de que vivemos em uma sociedade assentada em bases fósseis (MALM, 2016), que encontra no extrativismo mineral fundamento à sua necessária dimensão produtivista e expansiva. Considerando-o como

alternativa civilizacional (LÖWY, 2010), ou seja, sendo o ecossocialismo um novo modo de vida, que irrompe das entranhas dessa ordem social podre estabelecendo condições de maior harmonia entre o metabolismo social humano e o restante da natureza, reclamará todo o empenho estratégico revolucionário que possa dar conta desse complexo desafio.

Reconhecendo a natureza como campo de batalha em que a luta de classes se trava (KEUCHEYAN, 2018), bem como a indispensável necessidade de se buscar mediações políticas para a promoção de uma agenda programática que alce as questões socioambientais à condição de centralidade, buscamos com este breve texto trazer alguns indicativos – balizados na realidade de Minas Gerais e nas lutas travadas no Estado, dentre as quais nas últimas quatro décadas teve a Adufop parte decisiva e necessária, pelo que brindamos seu 40º aniversário! – para a abordagem do tema, com vistas ao enfrentamento da questão mineral também pelas lutas sindicais docentes.

Trabalho extrativo, extrativismo e "mineração zero"

A primeira das proposições parte da necessidade de não se tomar a mineração como essencialmente maléfica e daninha à harmonia ecológica. São comuns as proposições teóricas, e até mesmo formulações no campo da agitação política, no sentido da desnecessidade de extração de mais minérios para a atenção das necessidades vitais humanas, reclamando a interrupção imediata e completa das atividades minerárias.

Pueril e carente de mediações, a demonização da mineração enquanto tal e a defesa da "mineração zero" não só impede saldos políticos à implementação de uma agenda ecossocialista como decorre de imprecisões avaliativas quanto à própria natureza das atividades econômicas extrativas. Se, de um lado, ao menos desde Goldmann (1959), podemos ter em conta as mazelas do absoluto na constituição do sujeito e da política, é preciso compreender que a mineração tem uma história que acompanha a trajetória da humani-

dade, sendo metodologicamente equivocada a assunção de suas qualidades particulares sob a égide do capital como algo trans-histórico, traço que lhe seria inerente.

Diz-se isso em razão do trabalho extrativo ser empenhado pela humanidade desde seus primeiros passos. A obtenção e produção de valores de uso reclamou necessariamente processos extrativos vegetais, animais e também minerais. Tomando o último caso, notamos, desde as primeiras pedras lascadas, passando pelas intervenções em grutas com vistas à obtenção de abrigo até a manipulação de metais para produção de ferramentas, utensílios e adornos, o modo como há centenas de milhares de anos o trabalho voltado à extração mineral nos constitui. Mesmo essas mais tímidas – ainda que não isoladas – formas de trabalho extrativo material denotam, pela própria temporalidade constitutiva das rochas e minerais, um descompasso entre os reclamos humanos e a renovação das riquezas naturais. Todavia, seu potencial destrutivo é significativamente menor, sendo no mais das vezes incapaz de proporcionar desequilíbrios ecológicos.

Daí ser claro que há distinções entre o trabalho de extração mineral episódico e o extrativismo enquanto regime organizacional desse trabalho. Desponta o extrativismo, fundamentalmente, no seio das sociedades de classe, quase sempre voltando-se à produção de excedentes econômicos – e não à atenção de necessidades materiais imediatas de indivíduos e comunidades – com vistas à apropriação da riqueza social. Teve no processo de afirmação colonial sua expressão mais evidente, firmando raízes para o processo de extrativismo capitalista e a contemporânea etapa marcada qualitativa pelo neoextrativismo (SVAMPA, 2019).

Desse modo, a organização social, o regime predatório de exploração do trabalho e da natureza e a destinação da riqueza mineral são elementos relevantes para que possamos fazer avaliações particulares e promover as necessárias críticas com uma mirada ecossocialista à mineração.

Há, pois, que se evidenciar que a questão mineral que ora nos confronta-

mos no país, e em Minas Gerais de modo particular, resulta do extrativismo capitalista, e não a de qualidade essencial da mineração. Logo, se nem toda mineração se pautou ou pauta na cadência mercantil, pelas ambições sociais e econômicas do capital, devemos abandonar todo purismo em sua assimilação e crítica. É idílica a compreensão de que possamos viver sem retirar um grama de minério da terra – há que se considerar que, provavelmente, uma sociedade ecossocialista também promoverá atividades minerárias. Só não mais sob os imperativos da produção mercantil...

Raízes escravistas e racismo ambiental

Tomada também esta dimensão histórica, outro elemento que não pode passar ao largo de nossa compreensão é o de que a mineração capitalista não traz seus efeitos, tanto os aparentemente benéficos como os largamente danosos, ao conjunto da população de modo uniforme.

Se, de um lado, o proveito econômico dela resultante goza de uma destinação de classe explícita e específica – composta sobretudo por acionistas de diversas naturezas das empresas minerárias, bem como aos especuladores de papéis resultantes da mineração –, seus efeitos mais atrozes recaem por certo na população trabalhadora, que experimenta tais consequências de modo desigual.

Um de seus principais traços de distinção, para além de marcadores de gênero, etnia e natureza econômica do trabalho, resulta da divisão racial do trabalho. Esta firma suas bases no modo como se estabeleceram as relações de trabalho nas Minas Gerais durante o período colonial, estando as atividades no setor minerário fortemente amparadas na escravização de pessoas sequestradas do continente africano e trazidas às Américas enquanto objeto de comércio.

Esse fator histórico, que plasma a composição das classes trabalhadoras de modo geral em nosso país – não obstante o esforço genocida, perpetrado inclusive com políticas de Estado, visando ao "branqueamento" de um en-

tão nascente mercado de trabalho desde a segunda metade do séc. XIX –, encontra nas atividades minerárias um espaço de ainda maior presença. No caso das Minas Gerais, como já dito, essa ligação histórica com a escravidão impulsionadora do trabalho minerário é elemento de fato significativo, que se alia a outros tantos que se manifestam em todo o país. No nosso modo de ver, o mais relevante deles é o de que o trabalho minerário é uma das formas mais perigosas de trabalho, com altíssimos graus de letalidade e adoecimento profissional, como apontam não só os dados do finado Ministério do Trabalho e Emprego, hoje reduzido a uma pasta do Ministério da Economia, mas também os levantamentos realizados pela Organização Internacional do Trabalho, o que projeta à população negra a majoritária ocupação de seus postos de trabalho, sobretudo aqueles mais precarizados e arriscados.

Mas não para por aí: os efeitos indiretos, de derrame (GUDYNAS, 2018), seja da mineração em geral, seja dos grandes desastres-crime que o estado de Minas Gerais experimentou, também denotam o modo como não só as populações negras, mas também as camponesas, indígenas, quilombolas e ribeirinhas, acabam sendo afetadas de forma mais contundente pelos ocorridos.

Por exemplo, em levantamento realizado pelo PoEMAS-UFJF, foi possível perceber que:

> "a população residente na área definida metodologicamente como afetada pelo rejeito da Vale em Brumadinho era predominantemente de não brancos (63,8%), percentagem populacional superior às médias municipal (52,5%) e estadual (54,6%), inclusive nas áreas rurais (respectivamente, 59,8% e 59,5%). Nas áreas indicadas como as populações e residências mais atingidas, Parque Cachoeira e Córrego do Feijão, os percentuais de não brancos chegavam a 70,5% e 58,8%, respectivamente" (MILANEZ *et alii*, 2019, p. 7).

Desse modo, o racismo ambiental pode ser percebido não só no contexto laboral direto, mas também pelos efeitos indiretos proporcionados pela mineração em sua recaída desigual no conjunto das comunidades e territórios.

Superexploração do trabalho na mineração

Une-se a este tema a discussão acerca do lugar do país na divisão internacional do trabalho e o papel cumprido pela mineração na perpetuação de nosso sentido colonial, qual diagnóstico de Caio Prado Júnior (2000).

A condição dependente e periférica do capitalismo brasileiro – onde as violências econômica e extraeconômica se colocam ao conjunto de oprimidos e oprimidas de forma mais aviltante quando comparadas aos países centrais da ordem – não encontra perspectivas de inflexão quanto à sua direção. Muito pelo contrário, o que se vê é o aprofundamento deste sentido no último período, com a crescente reprimarização de nossa economia, marcada também pelo aumento da sanha despossessora e apropriatória do capital, que não só no agronegócio se faz manifestar: é a mineração também um dos carros-chefes desta condição. Ferro, bauxita, manganês, cobre, ouro e metais radioativos são apenas parte das riquezas minerais hoje largamente exploradas no país. Isso para além de outros minerais como o silício e nióbio, que, muito embora ainda sem papel relevante na economia nacional, são pintados desde Enéas Carneiro até Bolsonaro, encontrando eco em setores nacionalistas da esquerda, como trunfos da economia brasileira.

Durante o breve ciclo "progressista" (SANTOS, 2018) experimentado desde a virada do milênio, o lugar da mineração passa a ter ainda maior relevância na economia capitalista desde o contexto latino-americano, colocando-se de forma intensa o enfrentamento aos seus opositores populares. No Brasil, nada disso foi distinto: durante os governos de perfil social-liberal do Partido dos Trabalhadores, mesmo não se impulsionando políticas sociais e inflexões no campo da participação política tão intensos quanto os vivenciados na Bolívia, Equador e Venezuela (economias também profundamente marcadas pela questão mineral), estiveram as empresas mineradoras no centro das atenções das políticas econômicas implementadas pelo Estado.

Este processo, de modo geral, se colocou baseado no processo de superexploração do trabalho e da natureza. Quanto ao primeiro, estrutural à nossa

condição econômica dependente, pode ser caracterizado a partir da "maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade e tende normalmente a expressar-se no fato de que a força de trabalho se remunere por baixo de seu valor real" (MARINI, 2000, p. 160). Já o segundo, pela intensificação do processo de ruptura metabólica, previsto por Marx em seus escritos de maturidade e tão bem trabalhado por teóricos contemporâneos desde as indicações de John Bellamy Foster (2005).

Já não bastando o fato do setor minerário ser um dos que a exploração relativa da força de trabalho se dê de modo mais intenso, tendo em vista, via de regra, o baixo incremento tecnológico para produção de grandes montas de riqueza extrativa – ou seja, o processo de mais acelerada retirada de minérios da terra –, a superexploração caracterizada pela exigência física soberba dos trabalhadores que nela empenham suas atividades e a paga de salário aquém da força de trabalho se faz como regra (BERTOLLO, 2018).

Este processo se vê ainda mais intensificado no último período, tendo em conta a imposição em escala internacional a minoração dos preços de minerais, sobretudo o de ferro, nas bolsas de valores, cessando o que Maristela Svampa (2019) chamou de "consenso das commodities". Visando a manutenção de suas margens – exorbitantes! – de lucro, as mineradoras passam também a reclamar ainda mais da força de trabalho e das riquezas naturais com vistas a, com incremento da produção sem sobremaneira aumentar a produtividade, salvaguardar seu interesse maior.

Isso não só proporciona a intensificação de acidentes, quadros de adoecimento e redução da expectativa de vida, mas também uma crescente dependência econômica de populações a postos de trabalho precários, mal remunerados e potencialmente letais, para além de ambientalmente destrutivos. Aqui, uma vez mais os desastres-crime de Mariana e Brumadinho revelam o quanto a precarização tem cara de morte na mineração: no primeiro caso, o rastro de destruição do Rio Doce proporcionou 19 mortos humanos, dentre os quais

14 trabalhadores da Samarco S.A., sendo 13 deles terceirizados (GALVÃO, 2021). Já no segundo caso, a destruição do Rio Paraopeba levou, de um conjunto de 248 vítimas fatais que trabalhavam para a Vale S.A., a 118 mortes de terceirizados e terceirizadas e três estagiários (OLIVEIRA, 2020).

Minero-dependência e territórios livres da mineração

Muito embora a defesa abstrata da "mineração zero" nos apareça insossa e pouco proveitosa às necessárias mediações com o real na lida com a questão mineral, nada nos impede – muito pelo contrário! – de colocar como pontos centrais o embate à minero-dependência e a defesa de territórios livres da mineração.

Segundo Tádzio Peters Coelho (2018, p. 254-256):

> A minério-dependência gera subordinação frente a mercados globais de commodities, onde são definidos os preços dos minérios exportados, instabilizando social e economicamente os locais minerados devido a flutuações, cíclicas ou não, dos preços (…). Os postos de trabalho podem ser fechados de acordo com as quedas dos preços nos mercados globais de commodities, tornando essas regiões extremamente sensíveis à instabilidade de dinâmicas que ocorrem em mercados financeiros globais (…). A dependência é também sociológica. A concentração dos empregos formais locais no setor extrativo mineral e os níveis salariais acima da média regional, por se tratar de modo geral de regiões com baixo nível de renda, compelem a população a desejar um posto de trabalho no setor, mesmo que os postos ocupados por esta mão de obra local, nos setores de limpeza, construção e manutenção, apresentem piores condições de trabalho, menores salários e menor necessidade de qualificação (Coelho *et. al.*, 2016). Junto a isso, a arrecadação municipal também se concentra na atividade mineradora, levando a administração municipal a depender do ritmo de extração da mineração. O desejo de empregos na mineração e o receio da demissão ou fechamento dos postos de trabalho existentes desmobilizam comunidades que vivem diretamente os danos gerados.

Então podemos afirmar que o processo de mineração não impõe às comunidades e territórios apenas as agruras da destruição ambiental, colocadas em escala e intensidade sem igual a outras atividades econômicas. Também os empreendimentos mineradores gozam de particular modo de agir, que lhe é estrutural e não fruto de opção – daí sua irremediável conformação capitalista reclamar necessário fenecer –, que não só leva à sua simples implementação, mas à crescente dominância das atividades econômicas, sociais e políticas, em múltiplas escalas.

Com falsas promessas de empregos, garantia de renda, incremento de divisas ao poder público, acabam obtendo inúmeras facilidades institucionais para sua implementação e adesão popular à promoção dos empreendimentos. Em verdade, tais benesses não são proporcionadas à população, que verifica senão o esgarçamento do tecido social e a fragilização de outras alternativas para o alcance de bens de vida, inclusive pelo afã apropriador de largas parcelas de território reclamados pela mineração.

Curiosamente, nas Minas Gerais, em larga medida, esse poder de sedução se dá em razão da constituição de um imaginário quanto a postos de trabalho estáveis, perenes e bem remunerados, quais aqueles que historicamente foram implementados no estado no período em que a Vale – à época de um ainda vivo Rio Doce – era... uma empresa pública!

O estado de Minas Gerais, dada sua riqueza de jazidas, tanto em quantidade quanto em diversidade, coloca-se como uma das principais fronteiras no país para a expansão das atividades mineradoras. Ainda que mais da metade dos municípios do estado sejam minerados, há ainda uma parcela larga de territórios que resistem à mineração. Basta verificar o processo contemporâneo de ofensiva do capital e resistência popular sendo praticado na cidade do Serro, com vistas à extração de minério de ferro pela empresa Herculano; os atentados potenciais contra as populações do norte do estado, em especial as comunidades geraezeiras em Grão Mogol, Padre Carvalho, Fruta de Leite e Josenópolis, ante a ofensiva da Sulamericana de Metais; os debates

enviesados pelo produtivismo que passam pela extração de lítio no Vale do Jequitinhonha, onde se encontra a maior capacidade produtiva do minério no país, com mais de quatro quintos de sua capacidade lá situadas e com horizonte de exploração pela Sigma Mineração; e a retomada dos debates acerca da extração de potássio, dada a crise resultante da guerra na Ucrânia e os reclamos do agronegócio no país – isso considerando que os municípios de Matutina, São Gotardo, Tiros, Quartel Geral, Andradas e Poços de Caldas mantêm quase 80% das reservas do minério no país. Apenas para citarmos alguns poucos exemplos.

Junta-se a isso a necessidade da defesa incondicional de que não se minerem em terras quilombolas e indígenas, bem como que territórios ainda não marcados pelas dores da mineração sigam desse modo. Mecanismos importantes, como o da consulta prévia, livre e informada, instituídos desde a esfera internacional, sobretudo pela Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho, e recepcionados pelo direito do doméstico brasileiro, reclamam sua defesa não só desde uma perspectiva simbólica e jurídico-formal, mas tomado em conta seu potencial tático (SEFERIAN, 2021), dada a capacidade de mobilização presente na realização de efetivos processos de consulta comunitária.

A luta contra a minero-dependência é não somente fundamental à salvaguarda ambiental e social, mas também instrumento apto a conferir autonomia e independência na luta de entidades sindicais e movimentos sociais, a fim de se desprender de uma inarredável luta voltada pura e tão somente pela salvaguarda contínua da exploração do trabalho pelo capital sob a forma assalariada, proporcionado abertura de outros horizontes mais arejados e potentes à luta autoemancipatória. A ruptura com a minero-dependência passa, assim, dado o traço de hegemonização econômica presente nas atividades minerárias, também pela imprescindível tarefa de se construir alternativas transicionais de emprego e renda nas áreas mineradas, a fim de que tais traços de dependência sejam superados. Garantir que as pessoas

que de forma mais diretamente se veem afetadas pela mineração possam decidir quanto aos rumos de suas vidas, sem capturas subjetivas e ideológicas, compreendendo que existe vida fora da mineração, se faz embate urgente e necessário.

Desastres socioambientais como tônica, e não exceção

O estado de Minas Gerais viu-se acometido por dois dos maiores desastres empresarialmente motivados (SEFERIAN, 2019) deste século, que se somam àqueles promovidos pela Hydro Alunorte, em Barcarena-PA, no ano de 2018, como sendo os mais danosos à natureza e aos trabalhadores e trabalhadoras já ocorridos no país.

Estas tragédias, cada vez mais frequentes, podem levar à percepção apressada de que se trata de algo episódico, pontual, fortuito. Ou até mesmo uma infeliz coincidência gozarem de um mesmo nexo temporal. Na verdade, trata-se de uma marca estrutural que não só vem da intensificação da exploração da natureza e do trabalho em prol da garantia de lucros, mas também do modo como os necronegócios se engendram. De acordo com Ana Elisa Cruz Corrêa (2018, p. 272):

> Um rompimento de uma barragem com destruição natural e humana incalculável não é um evento inesperado ou uma consequência indesejada. Na verdade, é parte constitutiva do processo de produção de minérios em sua forma atual. Para termos uma melhor ideia dessa dimensão, trazemos alguns dados. O valor da Vale no mercado de capitais no Brasil, logo após o desastre de Mariana, era de 77 bilhões de reais. Após a eficiente gestão do ocorrido, mediante a atuação intensiva da Fundação Renova, a Vale passou a valer 297 bilhões.

Suas reflexões denotam como a gestão da barbárie se coloca de modo rentável às mineradoras, que não só contabilizam as eventuais contingências com acidentes, mortes de trabalhadores e trabalhadoras e destruição ambiental, mas contam também com a impunidade endêmica em nosso país para com os segmentos proprietários, a constituição de novos nichos de mercado para

a formalização de acordos com atingidos e atingidas, minorando os gastos empresariais quando da promoção de tais atrocidades e a inexistência de medidas mais contundentes para inibir tais práticas – por exemplo, a expropriação de empresas violadoras de direitos sociais e ambientais, como é o caso de outras situações previstas no Art. 243 da Constituição da República.

Financeirização da natureza, do minério e das respostas populares

Outro tema que reclamamos debater é o da financeirização. Sendo bastante óbvia a vinculação ao processo de exploração econômica das atividades minerárias sob a égide imperialista, parece-nos necessário destacar ao menos mais três perspectivas para a lida com o tema.

A primeira remete ao fato de toda uma série de minerais estar sendo negociada no mercado de capitais, sendo pautada a partir da lógica especulativa e os riscos quanto aos investimentos feitos para fins extrativos em décadas, enquanto *commodities* minerárias (CORRÊA, 2018).

A segunda concerne à dimensão mais geral de financeirização da natureza, que, a partir da lógica de quantificação monetária dos potenciais usos econômicos capitalistas de biomas, espécies, populações, territórios, florestas, montanhas e outros reservatórios de riquezas naturais, possam ser preservados com vista a ulteriores usos voltados ao lucro (FOSTER, 2022).

Demais disso, é de se ter em conta que até mesmo as saídas "progressistas" à lida dos efeitos danosos resultantes da mineração capitalista acabam encontrando na captura financeira sua expressão. Caso emblemático é o da Lei Estadual nº 23.291/2019, também conhecida como Lei "Mar de Lama Nunca Mais", aprovada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais em tempo recorde após o desastre-crime de Brumadinho-MG. Esta, que previa dentre outras coisas, a proibição de instalação de barragens de rejeitos com alteamento a montante – como aquelas que romperam em Mariana e Brumadi-

nho –, isso para além do descomissionamento das já existentes – efeitos que praticamente não se viram concretizar, passados três anos da existência da lei –, criou a obrigação de que empreendedores devam manter uma "caução ambiental (...) com o propósito de garantir a recuperação socioambiental para casos de sinistro e para desativação da barragem". Ainda pendente de regulamentação e entendida como conquista popular, traz também a marca perversa da lógica securitária, amparada na equivalência mercantil, na lida protetiva quanto aos potenciais danos que possam advir das atividades minerárias no estado.

É pela proibição de novos empreendimentos, e não com a criação de tímidas barreiras que fomentam ainda mais a lógica de financeirização da natureza, que a efetiva proteção de comunidades e territórios pode se operacionalizar.

O lugar da luta sindical docente

Ainda que aparentemente distante do tema, a luta sindical docente se articula de forma necessária e estrutural ao enfrentamento dos efeitos deletérios que a mineração sob o capital proporciona na contemporaneidade. Voltando-se este texto a uma publicação de uma seção sindical do ANDES-SN, e dada nossa inscrição neste mesmo sindicato, nos limitemos às perspectivas ligadas a esta entidade de classe.

Primeiramente, mesmo em uma tacanha perspectiva, bastante corporativa, é certo que a mineração traz impactos diretos e indiretos à vida do professorado. A amplitude ansiada pelos negócios minerários acaba dominando praticamente a integralidade dos aspectos de vida de territórios marcados pela minero-dependência.

Os casos de Mariana e Ouro Preto (onde se inserem as bases da Adufop) são emblemáticos nesse sentido, mas outras tantas cidades no país, como Parauapebas-PA (com o *campus* da UFRA), Marabá-PA (que sedia a UNIFESSPA), Açailândia-MA (onde se instala a UEMASUL) e Jacobina-BA (com o *cam-*

pus IV da UNEB), entre outras, também se veem dominadas pela prática mineradora sob o capital.

A lida, pois, com a mineração, é tema cotidiano e inescapável quando se trata das condições de existência, qualidade de vida e impactos materiais na reprodução social de professores e professoras nestes territórios. Os riscos à permanência da vida, bem como às condições de saúde e segurança docente encontram na mineração um objeto de enfrentamento necessário pela luta sindical.

Em segundo lugar, as perspectivas de construção de um sindicato classista não podem se esgotar em palavras e devem se lançar a uma abrangência das intervenções políticas que transborde a representação formal do ANDES-SN. A defesa incondicional de um projeto estratégico que afronte a lógica de desenvolvimento – capitalista! – predatória, pautada na crescente destruição do meio ambiente e do trabalho, encontrando nos processos de mineração um dos seus principais vetores, é algo imprescindível. Tal construção política pressupõe, pois, o alinhamento e a articulação com lutas sindicais e sociais impulsionadas por movimentos diversos que encontrem no enfrentamento ao modelo de mineração do capital um contraponto.

Isso aponta um terceiro indicativo, que se encontra na afirmação de primado fundamental defendido pelo ANDES-SN para si, mas que deve se colocar como baliza guia para a nossa intervenção junto a outras entidades e movimentos: a autonomia. A ação de solidariedade e fomento da construção da luta dos oprimidos e oprimidas, inclusive pelos atingidos e atingidas pela mineração, deve ser também marcada por essa perspectiva e fomentada o quanto for possível diante de nossa excepcional – em todos os sentidos da palavra! – condição material proporcionada pelas particularidades históricas de nossa categoria. Daí uma construção de tais lutas ombro a ombro, horizontal, com movimentos outros, ainda que com aportes materiais mais significativos de nosso sindicato, se faz necessária.

Já como quarto ponto, é urgente que temas socioambientais sejam abordados por professores e professoras do ensino superior não como mero objeto

de pesquisa, ainda que atravessados por referenciais críticos. Faz-se cada vez mais urgente que a mineração – bem como outros temas que se vejam atravessados por questões socioambientais pulsantes – encontre um engajamento politico efetivo, com mediações necessárias à composição organizativa, entrega de energias e disposição militante que não se confunda com nossa – imprescindível! – atividade de trabalho.

Por fim, considerando as estruturas existentes em nosso sindicato, parece-nos essencial que tais políticas se efetivem, dentre outros tantos caminhos, com o fortalecimento dos acúmulos e construções impulsionadas pelo Grupo de Trabalho de Políticas Agrárias, Urbanas e Ambientais do ANDES-SN (GTPAUA). Com sua estrutura impulsionada pelas construções de GTs nas seções sindicais, combinadas a uma coordenação nacional, podemos impulsionar desde as bases de nosso sindicato esta urgente necessidade que é a de aprofundar a lida com temas socioambientais, dentre os quais os afetos à mineração assumem grande relevo.

O ANDES-SN, em seu 65º CONAD, ocorrido em Vitória da Conquista, avançou de forma importante na lida com a questão, apontando aproximações com o MAM, bem como indicando debates acerca de agendas postas à mineração no nosso país. Cabe ao conjunto da sua militância se apropriar destes temas a fim de que possamos, com complexidade e energia, incidir em tais pautas.

Considerações finais

Certos de que uma abordagem mais geral sobre a mineração capitalista nos proporcionaria incidir em tantos outros temas relevantes e lançados à ordem do dia – como, por exemplo, a questão da importação de fosfatos para o agronegócio, diretamente impactada pela guerra na Ucrânia; a mineração em terras indígenas; a aprovação do regime de urgência para votação do Projeto de Lei nº 191/2020; e matérias ligadas à tributação e políticas financeiras

(como a Lei Kandir e o pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM); entre outros –, a opção para olhar para alguns aspectos desde a realidade mineira já nos lança importantes questões que se desenham em um horizonte de construções ecossocialistas à luta sindical.

Nesse sentido, transicionalmente, medidas diversas – para além das já lançadas acima – seguem sendo reclamadas: o fomento à auto-organização e autodeterminação dos oprimidos e oprimidas para guiar suas relações com a mineração; a garantia de condições de saúde, higiene e segurança no trabalho da mineração, ampliando normas protetivas e a fiscalização quanto ao descumprimento de direitos trabalhistas nesse contexto; a imbricação entre temas sociais e ambientais como necessários em nossos debates e lutas, não podendo limitar-se a pautas corporativas ou setorizadas; a promoção de medidas redistributivas radicais, para além de políticas fiscais duras para com mineradoras, desestimulando ações predatórias; e a interdição de práticas econômicas potencialmente destrutivas do trabalho e do meio ambiente; entre outras, que se alinham direta ou indiretamente com a luta sindical docente.

Que possamos seguir articulando nossas boas leituras e nossas profundas afinidades revolucionárias para que sigamos nós, oprimidos e oprimidas, sob as bandeiras do marxismo revolucionário, falando em nossos interesses, não deixando às pedras que nos soterram tão imprescindível tarefa! ●

Referências

BERTOLLO, Kathiuça. **Mineração e superexploração da força de trabalho:** análise a partir da realidade de Mariana-MG. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2018.

COELHO, Tádzio Peters. Minério-dependência em Brumadinho e Mariana. **Lutas sociais**, São Paulo, v. 22, n. 41, p. 252-267, jul./dez., 2018.

CORRÊA, Ana Elisa Cruz. Global players, mineração e crise: o crime da produção de valor. **Lutas sociais**, v. 22, n. 41, 2018.

FOSTER, John Bellamy. The Defense of Nature: resisting the financialization of the Earth. **Monthly Review**, v. 73, n. 11, abr. 2022.

___. **A ecologia de Marx:** materialismo e natureza. Trad. Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GALVÃO, Daniel de Faria. **A face devastadora da mineração:** impactos da atividade mineradora sobre o direito laboral, as relações de trabalho e o meio ambiente. Belo Horizonte: RTM, 2021.

GIDDENS, Anthony. **The politics of climate change.** Cambridge: Polity Press, 2009.

GOLDMANN, Lucien. **Le Dieu caché:** étude sur la vision tragique dans les Pensées de Pascal et dans le théâtre de Racine. Paris: Galimard, 1959.

GUDYNAS, Eduardo. Extractivismos: el concepto, sus expresiones y sus múltiples violencias. **Papeles de relaciones ecosociales y cambio global**, n. 143, 2018, p. 61-70.

KEUCHEYAN, Razmig. **La nature est un champ de bataille.** Paris: La decouverte, 2018.

LÖWY, Michael. Cenários do pior e alternativa ecossocialista. **Serviço Social & Sociedade**, p. 681-694, out./dez. 2010.

MALM, Andreas. **Fossil Capital:** The Rise of Steam Power and the Roots of Global Warming. Brooklyn: Verso, 2016.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência.** Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000

MILANEZ, Bruno. Minas não há mais: avaliação dos aspectos econômicos e institucionais do desastre da Vale na bacia do rio Paraopeba. Textos para discussão - PoEMAS, v. 3, n. 1, 2019. Disponível em: https://www.ufjf.br/poemas/files/2017/04/Milanez-2019-Minas-não-há-mais-versos.pdf.

OLIVEIRA, Ariani Avozani. **Responsabilidade socioambiental e sustentabilidade no ambiente empresarial:** do capital aos trabalhadores de Brumadinho/MG. Dissertação de mestrado defendida junto à Univesidade Federal de Santa Maria, 2020.

PRADO JÚNIOR, Caio. O sentido da colonização. In: PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo:** colônia. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016).** São Paulo: Elefante, 2018.

SEFERIAN, Gustavo. **Direito do Trabalho como barricada:** sobre o uso tático da proteção jurídica de trabalhadoras e trabalhadores. Belo Horizonte: RTM, 2021.

___. Duas provocações ecossocialistas e abolicionistas à luz dos desastres empresariais de Mariana e Brumadinho. **InSURgência:** revista de direitos e movimentos sociais. Brasília, v. 5, n. 2, p. 166-187.

SVAMPA, Maristela. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina:** conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Trad. Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.

minicurrículo

Gustavo Seferian: professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sendo membro do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da mesma instituição. Bacharel (2008), mestre (2012) e doutor (2017) em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), sob orientação de Jorge Luiz Souto Maior. Foi pesquisador convidado, em sede pós-doutoral, do CéSor/EHESS/CNRS, em Paris, França, sob supervisão de Michael Löwy (2018). Membro da Secretaria Nacional do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais - IPDMS (2021-2023). Diretor do ANDES-SN (2020-2023). Militante da Insurgência - PSOL e da IV Internacional.
E-mail: seferianacad@gmail.com

Arte que respira **luta**. A **luta** urge respirar mais **arte**!

Fran Rebelatto

Em 2021, ao mesmo tempo em que atravessávamos as contradições da pandemia da Covid-19, perdemos dois grandes artistas brasileiros. A cantora Elza Soares nos convocou em sua trajetória a lembrarmos que "a carne mais barata do mercado é a carne negra" e, num país conformado pela história da escravidão e da exploração dos(as) trabalhadores(as), são os negros e negras que mais são atravessados(as) pelas contradições do capitalismo brasileiro e todas as suas formas de opressão. Esta música não é só uma canção, trata-se de uma convocação à luta antirracista.

Já o poeta amazonense Thiago de Mello escreveu em um dos seus poemas: "Faz escuro mas eu canto/ porque amanhã vai chegar". Este trecho veio ao encontro de muitos anseios de uma conjuntura marcada por um governo genocida e protofascista, que se sustenta no obscurantismo, no anticientificismo, no desmonte dos direitos sociais e pelo ataque explícito à vida humana. Foi ele, ainda, que nos catorze capítulos do poema *Os Estatutos do Homem* – escrito no exílio no Chile durante a ditadura militar-empresarial brasileira – nos conta que: "Artigo I: Fica decretado que agora vale a verdade/ que agora vale a vida/ e que de mãos dadas/ trabalharemos todos pela vida verdadeira". Seus versos refletiram os grandes desafios do povo brasileiro, que amargou e amarga as mazelas manifestadas pela disputa entre os interesses do povo trabalhador e do grande capital. Por que liberdade lutamos?

Perdemos a presença da voz marcante de Elza Soares nos palcos e dos versos de Thiago de Mello nos livros, mas suas obras marcam a memória da arte e da cultura brasileira e devem ser convocadas em todas as formas de luta anticapitalista, antirracista, antipatriarcal e antilgbtfóbica e contra toda forma de exploração e opressão.

E muitos outros enunciados de arte atravessada pela luta seguem ecoando da produção de artistas brasileiros. É o caso da produção de Nele Azevedo, que nos últimos anos tem se dedicado a produzir esculturas com a lama que restou dos desastres ambientais da mineração em Minas Gerais. Uma de suas obras, *Queda livre*[1], é uma instalação efêmera em que são suspensas três esculturas congeladas com o barro colhido no Córrego do Feijão (Brumadinho), em Bento Rodrigues (Mariana) e em Barão de Cocais.

Foi em Mariana e Brumadinho que ocorreram os rompimentos das barragens das empresas Samarco Mineração S.A. e Vale S.A., em 5 de novembro de 2015 e em 25 de janeiro de 2019, respectivamente, representando um dos maiores crimes com rejeitos de mineração no Brasil. A artista instalou suas esculturas pela primeira vez na Ocupação 9 de Julho, no centro de São Paulo. Figuras congeladas, suspensas por fios, derretiam lentamente e desapareciam. O som do derretimento foi amplificado por microfones instalados em vasilhames que receberam os pingos das esculturas, reverberando o som de seu derretimento. A memória do desaparecimento de Minas Gerais se encontrou com a memória de luta de mulheres, homens, adultos, jovens e crianças que batalham pelo direito de ter um teto em São Paulo, em meio ao avanço da especulação imobiliária.

O desaparecimento das figuras de barro moldadas pelas mãos da artista Nele nos remete ao desaparecimento de casas e memórias e às histórias de vida de trabalhadores(as) soterrados(as) pelo descaso da mineração, que avança na depredação da natureza e da vida humana. Além desta obra, vale destacar ainda que foi Nele Azevedo a realizadora da máscara especial usada pela militante indígena Sônia Guajajara durante a celebração na França dos 5 anos do Acordo de Paris, em 2021. A obra-máscara *Vida para todo o planeta*[2] tem bordados os nomes de etnias indígenas que habitam a floresta amazônica brasileira e que lutam para mantê-la em pé e produzindo vida para todo o planeta.

1. Referência da obra *Queda livre*: https://www.neleazevedo.com.br/queda-livre.

2. Referência da obra *Vida para todo o planeta*: https://www.neleazevedo.com.br/vida-para-todo-o-planeta.

O cineasta Cristiano Burlan lançou recentemente, em 2022, o filme *A Mãe*. Em uma entrevista à imprensa[3], Cristiano comenta: "mataram minha família e fui fazer cinema". Ele é apenas mais um entre tantos que tiveram um(a) jovem de sua família assassinado(a) pela polícia militar brasileira. Burlan cresceu no Capão Redondo na década de 80, época em que a região integrava o chamado "triângulo da morte" e foi ali que viu muitos amigos sendo vítimas da violência policial: "eu poderia estar debaixo da terra". O cineasta transformou sua luta e indignação em filmes, em documentários que narram a luta de várias famílias brasileiras – em sua maioria de negros e negras – por justiça.

Há muitos anos, Burlan vem abordando o tema em filmes como *Mataram meu irmão* (2013), *Elegia de um crime* (2017) e agora em seu longa-metragem de ficção *A Mãe*, que narra a história de uma mulher em busca de resposta para o desaparecimento do seu filho. No enredo, a mãe do jovem assassinado pela polícia se encontra com Débora Silva[4], fundadora do movimento Mães de Maio, um espaço de encontro entre mulheres mães que se reergueram para lutar por justiça frente à morte dos seus filhos, vítimas da violência policial.

Poderia seguir neste ensaio trazendo outras inúmeras referências de expressões artísticas que se propõem a refletir as contradições da realidade brasileira, por diferentes ângulos e histórias, o que nos mostra a centralidade da arte não só como um dos pilares fundamentais no caminho da emancipação humana, mas também como uma ferramenta essencial para avançarmos na organização das nossas lutas e, com isso, disputar a sensibilidade da classe trabalhadora.

Para Walter Benjamin (2012), no texto *A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica*, é no interior de grandes períodos históricos que a forma de percepção das coletividades humanas pode se transformar, ao mesmo tempo

---

3. Matéria disponível em: https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2022/07/29/mataram-meu-irmao-minha-mae-e-fui-fazer-cinema-o-luto-de-cristiano-burlan.htm.

4. Entrevista com Débora Silva sobre o movimento Mães de Maio e sua participação no filme *A Mãe,* de Cristiano Burlan: https://forumgritabaixada.org.br/entrevista-do-mes-debora-silva-fundadora-das-maes-de-maio.

que seu modo de reprodução da vida. O modo pelo qual se organiza a percepção humana depende do meio em que ela se dá e ele não é condicionado apenas naturalmente, mas historicamente. Ou seja, a arte e a produção da cultura não estão deslocadas desse condicionamento histórico e se constrói a partir de bases materiais e subjetivas que atravessam determinados períodos, e é diante desta realidade que ocorrem as elaborações sobre esta base concreta que constitui a reprodução da vida humana. Isso significa dizer que, mesmo com muitos limites impostos pela construção da subjetividade humana no modo de produção capitalista, cabe à arte ser um espaço de resistência e de formulação de importantes enfrentamentos à percepção das formas de exploração e opressão que atravessam essa sociabilidade. As expressões artísticas mencionadas carregam essas elaborações pertinentes à compressão dos nossos imensos desafios conjunturais e históricos.

As obras de arte nascem no interior da teia de relações sociais e, por isso, *são marcadas pelo conflito de classes* tanto na sua origem quanto nas diversas interpretações e apropriações a que estão sujeitas. Marx e Engels, especialmente na obra *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844, reconhecem a arte como produção social e nos dão ferramentas para compreendermos que a existência de uma base objetiva e material, mesmo nos impondo muitas determinações, não exclui a configuração subjetiva das produções sociais, em especial no campo artístico. Para o pesquisador e camarada Sérgio Dias Branco:

> A subjetividade, embora não seja arbitrária nem desligada do concreto, é certamente o campo de atividade própria de caráter reativo, reflexivo e criativo. O marxismo e seu humanismo unem o conhecimento artístico ao conhecimento histórico, o valor da obra de arte ao processo da história. O valor cognitivo da arte não tem apenas, nem sobretudo, a ver com sua capacidade de representação, mas com *o seu potencial de mostrar as percepções da humanidade sobre ela própria como ser histórico, mesmo não recorrendo à representação figurativa* (DIAS BRANCO, 2020, p. 24-25, grifo nosso).

Elza Soares, Thiago de Mello, Nele Azevedo, Cristiano Burlan, o Slam das Minas, os cineastas indígenas, os jovens negros e negras que produzem arte

nas quebradas e tantos(as) outros(as) artistas e fazedores(as) de cultura popular brasileira devem ser convocados(as) a estar ombro a ombro com a luta sindical; para isso, nós sindicalistas e lutadores(as) precisamos estar dispostos(as) a nos despirmos também dos "velhos" e exclusivos métodos de luta e nos abrirmos a este diálogo fecundo e necessário.

A arte respira luta, mas a luta precisa respirar mais arte... Com esta provocação e reflexão, quero finalizar este ensaio ressaltando a estimulante surpresa encontrada na cartilha da Adufop intitulada *Chamada Cultural*, produzida em 2022 e que contou com a memória das indicações artísticas culturais que a seção sindical direcionou a seus(suas) sindicalizados(as), entre maio de 2020 a abril de 2022. Foi na poesia, na música, no cinema, na literatura e em tantas outras expressões que esta Seção Sindical, no marco dos seus 40 anos, registrou em sua luta o compasso da respiração da arte! Sigamos adiante e avançando, pois temos o imenso desafio de construirmos juntos o **Festival de Arte e Cultura** do ANDES, que terá seu pontapé inicial em dezembro de 2022, mas que deve ter uma vida longa, marcando um novo ciclo histórico de luta sindical e da classe trabalhadora brasileira. ●

Referências

DIAS BRANCO, Sérgio. **O trabalho das imagens, estudos sobre cinema e marxismo.** Ed. Lisboa: Página a Página, 2020.

KARL, Marx. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** São Paulo, Boitempo, 2010.

minicurrículo

Fran Rebelatto:
cineasta, fotógrafa e professora
de Cinema e Audiovisual na Universidade
Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).
É doutora em Cinema e Audiovisual pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em Ciências Sociais e graduada em Jornalismo na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
É diretora do ANDES-SN (gestão 2020-2022) e foi presidenta da Seção Sindical do ANDES-SN na UNILA (SESUNILA). Dirigiu e roteirizou várias obras audiovisuais, tendo estreado recentemente, em 2022, seu primeiro longa-metragem *Pasajeras* (2021) e seu livro de poesias *Fronteiriza* (2021). E-mail: francieli.rebelatto@gmail.com

Adufop 40 anos:
Uma viagem pela história da UFOP e da luta sindical docente e popular

1839

1839 – Criação da Escola de Pharmacia em Ouro Preto

Em 1839, após decreto sancionado pelo Conselheiro Bernardo Jacinto da Veiga, presidente da Província de Minas Gerais, foi inaugurada a Escola de Pharmacia de Ouro Preto; nasce, assim, a instituição que, com a implementação da República, tornou-se pioneira nos estudos de fármacos de maneira desassociada ao curso de Medicina na América Latina

Foto: Biblioteca Nacional

Foto: Biblioteca Nacional

1876

1876 – Criação da Escola de Minas em Ouro Preto

A Escola de Minas foi criada pelo Decreto nº 6.026, de 6 de novembro de 1875, em Ouro Preto, com o objetivo de preparar engenheiros para a exploração das minas e para os estabelecimentos metalúrgicos

1969

21 de agosto de 1969

A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) foi criada no dia 21 de agosto de 1969, com a junção das centenárias e tradicionais Escola de Pharmacia e Escola de Minas

Foto: Assessoria de Comunicação UFOP

1979

1979 – Criação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) em Mariana

O Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) surge da incorporação à UFOP da Faculdade de Filosofia de Mariana (FAFIM) e da Universidade Católica de Minas Gerais

1981

1981 – Fundação da ANDES

Em plena ditadura empresarial-militar, surge, em 19 de fevereiro de 1981, a Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES)

1982

1982 – 1º Congresso da ANDES

O 1º Congresso Nacional da ANDES acontece na cidade de Florianópolis, entre os dias 1 e 5 de fevereiro de 1982, tendo como principais pautas: avaliação do movimento; programa de luta; estatuto definitivo; e eleição da 1ª diretoria

1982 – Confecção do Caderno 2: proposta da ANDES para a Universidade Brasileira

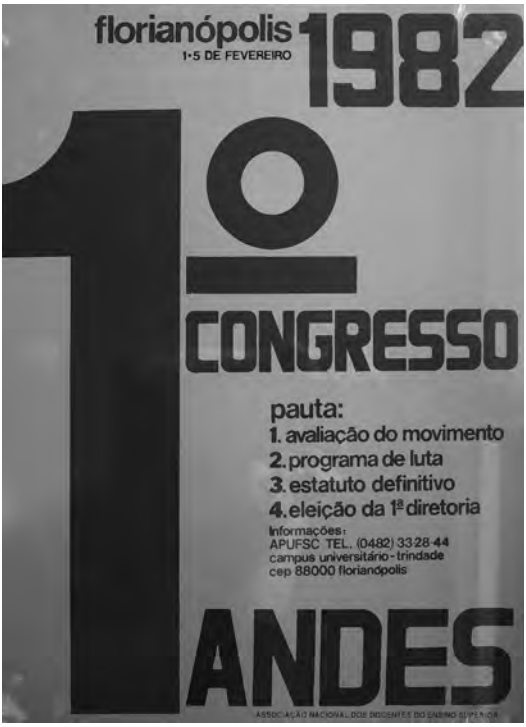
Em 1982, foi aprovada no V CONAD a primeira versão do Caderno 2; atualmente, está em sua quarta versão

2 de setembro de 1982

Primeira reunião do Movimento Pró-Associação de Docentes da UFOP

4 de novembro de 1982

Realização de uma assembleia para a aprovação do anteprojeto do Estatuto da Associação dos Docentes da UFOP



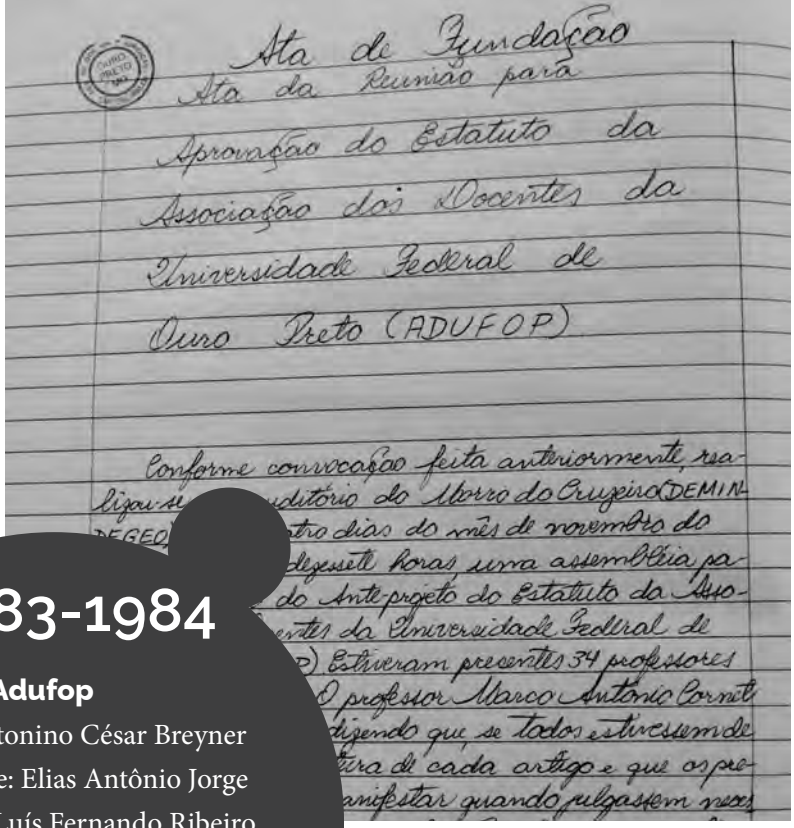
1983

9 de agosto de 1983

O Estatuto da Associação dos Docentes da UFOP foi registrado como órgão representativo da categoria

1983 – Greve na UFOP

A greve conseguiu barrar uma série de medidas que iam de encontro à garantia da universidade pública, gratuita e de qualidade; os(as) estudantes tiveram destaque, sendo os artífices do movimento que conquistou na UFOP a garantia da moradia estudantil gratuita e o direito à alimentação subsidiada no restaurante da Escola de Minas de Ouro Preto; o movimento estudantil ganhou força com a criação do Diretório Central dos Estudantes (DCE)



Ata de Fundação
Ata da Reunião para
Aprovação do Estatuto da
Associação dos Docentes da
Universidade Federal de
Ouro Preto (ADUFOP)

Conforme convocação feita anteriormente, rea-
liza-se [illegible] auditório do Morro do Cruzeiro (DEMIN-
DEGEO) [illegible] dias do mês de novembro do
[illegible] dezessete horas, uma assembléia pa-
[illegible] do Anteprojeto do Estatuto da Asso-
[illegible]entes da Universidade Federal de
[illegible]) Estiveram presentes 34 professores
[illegible] O professor Marco Antonio Cornetti
[illegible] dizendo que, se todos estivessem de
[illegible]ura de cada artigo e que os pre-
[illegible] manifestar quando julgassem nec-

1983-1984

1ª Diretoria Adufop

Presidente: Antonino César Breyner
Vice-presidente: Elias Antônio Jorge
1º Tesoureiro: Luís Fernando Ribeiro
2º Tesoureiro: Sidney Augusto Vieira Filho
1ª Secretária: Marilea S. Araújo Xavier
2º Secretário: Marco Antônio Cornetti

1984

Foto: Arquivo da Agência Brasil

1983-1984 – Movimento Diretas Já

Manifestações pelas Diretas Já, nome de um movimento político que ganhou força entre os anos de 1983 e 1984 e que defendia a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, que procurava garantir a realização de eleições presidenciais diretas em 1985

1984-1985

2ª Diretoria Adufop

Presidente: Marco Antônio Tourinho Furtado

Vice-presidente: Jonas Durval Cremasco

1º Tesoureiro: Luís Fernando Ribeiro

2º Tesoureiro: Paulo Cesar Pavanelli Moura

1º Secretário: Marco Antônio Cornetti

2ª Secretária: Maria Amélia Carvalho Firmo

1985

1985 – Última eleição indireta ocorrida no Brasil

1985-1987

3ª Diretoria Adufop

Presidente: Marcus Vinicius Polignano

Vice-presidente: Cristina de Abreu Gomes

1ª Tesoureira: Margarete Nimer

2ª Tesoureira: Elizabeth Totte

1º Secretário: Alberto Nobre Mendes

2ª Secretária: Katia Euclides Borges

ANDES

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

ESPECIAL

MARÇO 88

Andes — Em defesa do ensino público e gratuito na Constituinte

Boletim da Constituinte

Editorial

Constituinte: Momentos decisivos

O 7º Congresso Nacional da ANDES indicou que 1988 promete ser decisivo para a vida da sociedade brasileira nos próximos anos e que o movimento docente terá seu contribuição a dar, na medida em que compreenda e interfira adequadamente nas lutas deste ano.

Nesse sentido, o 7º Congresso considerou como prioritário, em 1988, a luta em defesa do Ensino Público e Gratuito na Constituinte e na futura Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Na Constituinte essa luta enfrenta, não só um momento decisivo, mas também um momento de reconhecida gravidade. A reacionalização das forças conservadoras, aglutinadas pelo Centrão, começa a transformar em verdadeiro retrocesso os tímidos avanços obtidos, depois da marcha lata do movimento docente e dos constituintes progressistas, na etapa anterior da Constituinte. As previsões indicam que, até meados do mês de abril, deverá ser votado o Capítulo referente à Educação, Cultura e Desporto. Por outro lado, se não batalharem as propostas reformadas do Centrão, o Executivo patrocina uma trama, de modo certo golpista, tentando impor em dundeo de 5 ou até o ano para José Sarney e sua turma.

O 7º Congresso da ANDES aprovou ser absolutamente imprescindível aprofundar a luta pelas eleições diretas em 1988. A eleição do Presidente da República, ainda este ano, significa não apenas livrar o país das ambições pessoais do ex-Presidente do PDS e seu séquito de corrupção. Mais que isto, significa a derrota do projeto de recessão econômica, para buscar a saída externa e projeto de enfrentar a crise sob qual através de para e amplos recessão. Em vista disso, o Congresso definiu ser necessário e urgente que o movimento docente se engaje na luta para levar as ruas a Campanha pelas Diretas 88. Mas uma vez, a mobilização popular que, as vezes limitada, muita faltou nos momentos decisivos, é o único caminho para barrar os retrocessos que ameaçam as aspirações políticas majoritárias da população por eleições diretas em 1988 e, no campo da educação, os princípios da gratuidade do ensino público, da autonomia universitária e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Vamos à ação, conquistar, transformando as nossas Associações em focos vivos de luta, compromisso e caminhando as revoluções que todos construíram no 7º Congresso Nacional da ANDES

Resoluções do 7º Congresso Nacional da ANDES

- Ação junto à Constituinte, visando derrotar o projeto do Centrão e defender as nossas propostas incluídas no Ante Projeto da Comissão de Sistematização.

A nível nacional – a retomada (já realizada) do "FORUM NACIONAL EM DEFESA DO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO NA CONSTITUINTE) e o fortalecimento da Frente Nacional de Entidades Sindicais e Populares em Defesa dos Direitos do Povo na Constituição".

A nível local: cada AD tem a tarefa de pressionar da Constituinte de seus estados, em articulação com os mais progressistas, aproveitando o significado das posições defendidas pelo movimento docente. As ações de pressão, convencimento, acompanhamento e denúncia do trabalho parlamentar, compreendem cartas, telegramas, e comunicações semelhantes. Visitas de entidades aos parlamentares, tanto na base eleitoral, como no Congresso Constituinte. Divulgação das posições assumidas pelos constituintes de cada Estado. Realização de atos públicos, bem como manifestações no plenário do Congresso Constituinte no período de votação de nossas propostas relativas ao Ensino Público e Gratuito.

Divulgação ampla do quadro comparativo das diferenças existentes entre o projeto da Comissão de Sistematização e o do Centrão no capítulo referente à Educação.

As ADs devem, ainda, lutar em favor do Ensino Público e Gratuito na Constituinte. Neste momento não pode prescindir de articulações que ampliem a capacidade de atuação conjunta e força de pressão do movimento social. É necessário urgência para promover:

- articulação da comunidade universitária, envolvendo reitores, funcionários e estudantes, a nível nacional e local.
- participação ativa visando contribuir para que tenha atuação plena a Frente Nacional de Entidades Democráticas, Sindicais e Populares em defesa dos interesses do Povo na Constituinte.
- articulação com o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, a nível nacional e local.

1987-1989

4ª Diretoria Adufop

Presidente: Alberto Nobre Mendes

Vice-presidente:

Levy Fernandes Nunes Tavares

1º Tesoureiro: Roberto Elias

2º Tesoureiro: Aldeci Silva

1ª Secretária: Cristiana Abreu Gomes

2ª Secretária: Deisa Chamahum Chaves

1988

1988 – Constituinte

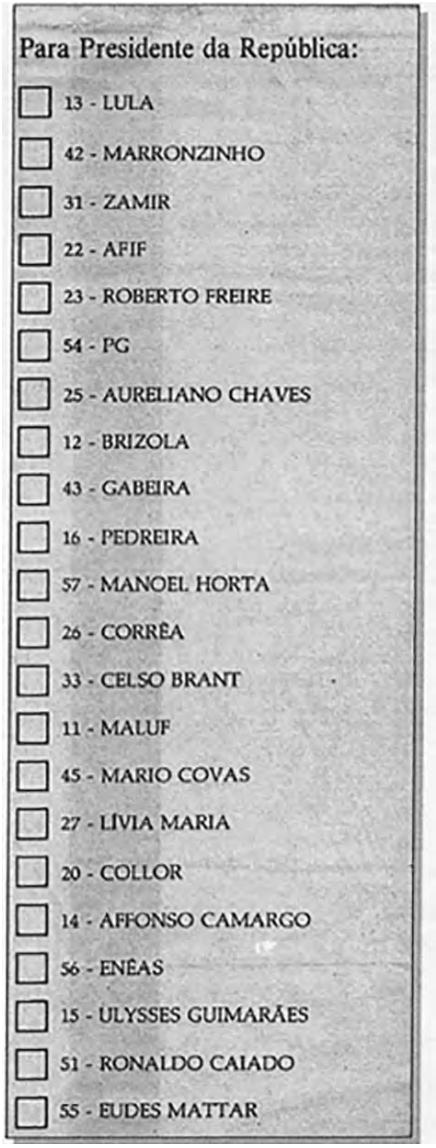
A ANDES participa ativamente do processo da Constituinte no país, elaborando uma "Plataforma dos Docentes do Ensino Superior para a Constituinte", documento apresentado aos constituintes e à sociedade como um todo

Foto: Arquivo ANDES-SN

1988 – Da ANDES ao ANDES-SN

Após a promulgação da atual Constituição Federal de 1988, durante o II Congresso Extraordinário, realizado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, é aprovada a transformação da ANDES em ANDES-Sindicato Nacional; durante a ditadura empresarial-militar, os(as) servidores(as) públicos(as) eram proibidos(as) de se sindicalizarem; a transformação ocorreu em 26 de novembro de 1988 e o registro sindical ocorreu apenas em 1º de março de 1990

1989


Para Presidente da República:

- 13 - LULA
- 42 - MARRONZINHO
- 31 - ZAMIR
- 22 - AFIF
- 23 - ROBERTO FREIRE
- 54 - PG
- 25 - AURELIANO CHAVES
- 12 - BRIZOLA
- 43 - GABEIRA
- 16 - PEDREIRA
- 57 - MANOEL HORTA
- 26 - CORRÊA
- 33 - CELSO BRANT
- 11 - MALUF
- 45 - MARIO COVAS
- 27 - LÍVIA MARIA
- 20 - COLLOR
- 14 - AFFONSO CAMARGO
- 56 - ENÉAS
- 15 - ULYSSES GUIMARÃES
- 51 - RONALDO CAIADO
- 55 - EUDES MATTAR

1989-1991

5ª Diretoria Adufop

Presidente: Dimas Belarmino de Souza

Vice-presidente: Marcos Tadeu de Freitas Suita

1º Tesoureiro: José Francisco do Prado Filho

2º Tesoureiro: Ivan Antônio de Almeida

1ª Secretária: Milene Sabino Lana

2ª Secretária: Selma Maria Fernandes

1989 – Filiação do ANDES-SN à CUT

O ANDES-SN, em seu 8º Congresso Nacional, realizado em São Paulo, avalia a possibilidade de se filiar à Central Única dos Trabalhadores (CUT), desfiliando-se em 2005

1989 – Voto direto para presidente

A permissão para que idosos com mais de 70 anos e jovens com 16 e 17 votassem veio junto com a mudança nas regras da eleição para presidente na Constituição de 1988; em 1989, os brasileiros votaram em eleição direta e em dois turnos para presidente

Foto: Arquivo ANDES-SN

1990

1º de março de 1990

Sadi Dal-Rosso assina oficialização do registro do ANDES-SN, no Ministério do Trabalho como Sindicato

30 de novembro de 1990 – Transformação da Associação em Seção Sindical da ANDES-SN

Foi publicada no jornal Estado de Minas uma convocação aos(às) associados(as) da Adufop para a assembleia que pautava a transformação da Associação em Seção Sindical da ANDES-SN

1993

6 de março de 1993 – XII Congresso do ANDES-SN

O XII Congresso do ANDES-SN tem como uma das pautas a transformação e a homologação das Associações de Docentes em Seções Sindicais; a Adufop torna-se uma Seção Sindical do ANDES-SN

1991-1993

6ª Diretoria Adufop

Presidente: Roberto Elias

Vice-presidente: Dimas Belarmino de Souza

1º Tesoureiro:
Romério Rômulo Cordeiro de Moura

2ª Tesoureira:
Cláudia Aparecida Marliére de Lima

1ª Secretária: Maria Arlene Fausto

2º Secretário: Saturnino José Souza

Foto: Arquivo ANDES-SN

15 a 17 de outubro de 1993 – Encontro Nacional de docentes das IEES, em Brasília (DF)

1993-1995

7ª Diretoria Adufop

Presidente: Saturnino José de Souza

Vice-presidente: Frederico da Silva Reis

1º Tesoureiro: Joaquim Batista de Toledo

2º Tesoureiro: Valdir Costa e Silva

1º Secretário: Antônio Luís Rosa

2º Secretário: Ricardo Gonçalves Coelho

1995

1995 – Primeira Marcha do Grito dos Excluídos

O Grito dos Excluídos realiza, pela primeira vez, marchas em 170 cidades brasileiras; o movimento foi uma iniciativa das pastorais sociais da Igreja Católica e, naquele ano, o tema era "Fraternidade e os Excluídos"; a caminhada tinha como lema "Vida em Primeiro Lugar"

1995-1997

8ª Diretoria Adufop

Presidente: José Eustáquio Diniz Alves

Vice-presidente: Jorge Carvalho de Lena

1º Tesoureiro: Jaime Roberto Teixeira Rios

2º Tesoureiro: Luiz Carlos Villalta

1ª Secretária:
Vanessa Carla Furtado Mosqueira

2º Secretário:
Deoclécio Alves Chianca Junior

1996

1996 – XXXIII CONAD do ANDES-SN

Entre 25 e 27 de outubro, o XXXIII CONAD foi realizado em Ouro Preto

1997

6 de maio de 1997 – Privatização da Companhia Vale do Rio Doce

Num leilão realizado em 6 de maio de 1997, o governo brasileiro vendeu a maior parte de suas ações da até então estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)

Companhia Vale do Rio Doce

1997-1999

9ª Diretoria Adufop

Presidente: José Eustáquio Diniz Alves

Vice-presidente: Marcelo Eustáquio Silva

1º Tesoureiro: Jaime Roberto Teixeira Rios

2º Tesoureiro: João Pinto Furtado

1º Secretário: Deoclécio Alves Chianca Junior

2ª Secretária: Rosangela Barbosa de Deus

1999-2001

10ª Diretoria Adufop

Presidente: Marcelo Eustáquio Silva

Vice-presidente: Fábio Faversani

1º Tesoureiro: Luiz Fernando Loureiro Ribeiro

2º Tesoureiro: Aldeci Silva

1º Secretário: Jorge Carvalho de Lena

2ª Secretária: Célia Maria Corrêa

2000

Foto: Claudia Ferreira - Acervo Memória e Movimentos Sociais

2000 – Primeira edição da Marcha das Margaridas

Mais de 20 mil mulheres do campo realizaram, em Brasília, a primeira edição da Marcha das Margaridas, movimento de luta por igualdade de gênero e pelo combate à fome e à violência

2001-2003

11ª Diretoria Adufop

Presidente: José Eustáquio Diniz Alves

Vice-presidente:
Fernando Antônio Borges Campos

1º Tesoureiro: Jaime Roberto Teixeira Rios

2º Tesoureiro:
Edgar Gaston Jacobs Flores Filho

1º Secretário: Joaquim Batista de Toledo

2ª Secretária: Rosangela Barbosa de Deus

2002

2002 – Criação do Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas (ICEA) em João Monlevade

Foto: Larissa Lana

2003

2003 – ANDES-SN contra a Reforma da Previdência

O ANDES-SN é parte importante da luta contra a Reforma da Previdência de 2003, no primeiro ano do governo Lula; essa reforma trava a integralidade e a paridade ativa e aposentada; a Adufop aprovou, em Assembleia Geral, indicativo de greve para a segunda quinzena de junho de 2003; em 21 de agosto, em assembleia, foi aprovado o encerramento da greve

2003-2005

12ª Diretoria Adufop

Presidente: Jorge Luiz Humberto

Vice-presidente: Antônio Luiz Rosa

1º Tesoureiro: Joaquim Batista de Toledo

2º Tesoureiro: Rodrigo Peluci Figueiredo

1º Secretário: Renato Godinho Navarro

2º Secretário: Jaime Roberto Teixeira Rios

Foto: Arquivo ANDES-SN

2005-2006

13ª Diretoria Adufop*

Presidente: Saturnino José de Souza

1º Tesoureiro: Joaquim Batista de Toledo

*Diretoria interina, empossada por determinação do Conselho de Representantes

2006

2006 – A Lei Maria da Penha é sancionada

O objetivo da Lei é coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra as mulheres; construído a partir de ampla discussão com a sociedade civil, o projeto, de autoria do Executivo, vinha tramitando no Congresso desde 2004

2007

2007 – ANDES-SN se filia à CONLUTAS

Durante o 26º Congresso, em Campina Grande (PB), o ANDES-SN se filia à CONLUTAS

2006-2008

14ª Diretoria Adufop

Presidente: Luís Antônio Rosa Seixas

Vice-presidente: Saturnino José de Souza

1º Tesoureiro: Joaquim Batista de Toledo

2º Tesoureiro: Carlos Roberto Caetano Chaves

1º Secretário: Carlos Eduardo Lisboa

2º Secretário: Jorge Luiz Brescia Murta

2008

2008 – REUNI e a precarização do ensino

O ANDES-SN sempre pautou a luta em defesa da expansão do ensino superior público e gratuito, com qualidade socialmente referenciada; em 2008, o Sindicato se posiciona contra o REUNI, por entender que a proposta do governo federal resultaria em uma expansão precarizada

2008-2010

15ª Diretoria Adufop

Presidente: Hernani Mota de Lima

Vice-presidente: Erisvaldo Pereira dos Santos

1º Tesoureiro: Luís Antônio Rosa Seixas

2º Tesoureiro: Joaquim Batista de Toledo

1º Secretário: David Pinheiro Júnior

2º Secretário: Carlos Eduardo Lisboa

2010

2010 – ANDES-SN a favor das cotas

No 29º Congresso, na Universidade Federal do Pará, foi deliberada a posição favorável do ANDES-SN em relação ao sistema de cotas como política transitória para a universalização do acesso e permanência na educação superior

Foto: Divulgação UFOP

2008 – Criação do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA), em Mariana

2010-2012

16ª Diretoria Adufop

Presidente: Luís Antônio Rosa Seixas

Vice-presidente: Hebe Maria Rola Santos

1º Tesoureiro: Joaquim Batista de Toledo

2º Tesoureiro:
Luiz Fernando de Medeiros Teixeira

1º Secretário: Hernani Mota de Lima

2ª Secretária: Marlene Grade

variação de 5% entre níveis a partir do piso para regime de 20 horas, elevação do valor remuneratório do piso atual, tendo como referência o salário mínimo do DIEESE e percentuais de acréscimo relativos à titulação e ao regime de trabalho, uma linha só no contracheque e a melhoria das condições de trabalho docente na UFOP, tendo como referência a Pauta Local de Reivindicação do movimento docente

Foto: Arquivo Adufop

2012

2012 – Docentes declaram greve na UFOP

Em Assembleia Geral, no dia 15 de maio de 2012, docentes da UFOP deflagraram greve; em média, 450 pessoas estavam presentes na Assembleia, entre estudantes e professores, e os eixos de reivindicação do movimento estão centrados em dois pontos: reestruturação da carreira docente tendo como referencial o projeto de carreira do ANDES-SN, carreira estruturada em 13 níveis remuneratórios,

2012-2014

17ª Diretoria Adufop

Presidente: David Pinheiro Junior

Vice-presidente: José Rubens Jardilino

1º Tesoureiro: Joaquim Batista de Toledo

2º Tesoureiro:
Luiz Fernando de Medeiros Teixeira

1º Secretário: Aldo Eustáquio Assir Sobral

2º Secretário: Hernani Mota de Lima

2013

2013 – Criação da Comissão da Verdade do ANDES-SN

No 32º Congresso do ANDES-SN, que aconteceu na Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi deliberada a criação da Comissão da Verdade do ANDES-SN para investigar fatos ocorridos durante a ditadura empresarial-militar (1964 a 1985) contra docentes universitários

2014-2016

18ª Diretoria Adufop

Presidente: Luís Antônio Rosa Seixas

Vice-presidente: Douglas Ribeiro Barboza

1º Tesoureiro: Ricardo Silvestre da Silva

2º Tesoureiro: Joaquim Batista de Toledo

1º Secretário: Paulo Ernesto Antonelli

2º Secretário: Aluisio Finazzi Porto

2015

2015 – A mais longa greve das IFES

Uma paralisação de 139 dias – esta foi a posição dos(as) docentes das IFES, a resposta à autonomia ao descaso do governo em conformidade com a normativa de critérios da categoria; na UFOP, os(as) servidores(as) técnicos(as)-administrativos(as) entram em greve no dia 1° de junho de 2015 e os grevistas reivindicavam reposição de perdas e aprimoramento de carreiras, condições de trabalho, qualidade no serviço público e democratização das Instituições Federais de Ensino; o DCE convocou duas assembleias, nas quais

Foto: Arquivo Adufop

ficou decidido paralisar as aulas a partir de 15 de junho; os(as) docentes da UFOP aderiram à greve nacional em Assembleia Geral realizada no dia 17 de julhos e saíram da greve após dois meses, a partir de deliberação em assembleia realizada no dia 14 de setembro de 2015

Foto: Antonio Cruz - Agência Brasil

5 de novembro de 2015

Rompimento criminoso da barragem de Fundão, de propriedade das mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton, em Mariana

2016

2016 – Greve-Ocupação na UFOP

No dia 11 de novembro, foi aprovada a adesão à greve pelos(as) docentes; com a ocupação estudantil na UFOP, um novo âmbito tomou conta da maioria dos(as) estudantes, técnicos(as), docentes e suas entidades representativas; fruto desta mobilização e da articulação entre as ocupações e as entidades, no dia 11 de novembro de 2016 foi deflagrada greve por tempo indeterminado; durante o movimento, numa marcha a Brasília contra a aprovação da PEC 55/2016, a caravana organizada pela Adufop, ASSUFOP, SINASEFE-IFMG e DCE/UFOP levou nove ônibus lotados para a capital federal; no dia 20 de dezembro de 2016, os(as) docentes aprovaram a suspensão da greve-ocupação

2016-2018

19ª Diretoria Adufop

Presidente: André Luiz Monteiro Mayer

Vice-presidente: Luiz Antônio Rosa Seixas

1º Tesoureiro: Joaquim Batista de Toledo

2º Tesoureiro: Paulo Ernesto Antonelli

1ª Secretária: Sara Martins de Araújo

2º Secretário: Rodrigo Meira Martoni

2016 – Aprovação da Emenda Constitucional 95 (teto de gastos)

2017

2017 – Ocupa Brasília

A Esplanada dos Ministérios, em Brasília (DF), é tomada pelo povo contra Temer, contra as Reformas da Previdência e Trabalhista e pela revogação da Lei das Terceirizações; a mobilização conseguiu barrar a tramitação da Reforma da Previdência naquele ano

2017 – Greve Geral

Desde março de 2017, trabalhadores(as) intensificam as manifestações contra as Reformas da Previdência e Trabalhista; em abril, o ANDES-SN mostrou a importância da construção da Greve Geral para barrar os ataques que foram deferidos aos(às) trabalhadores(as) brasileiros(as); a segunda greve geral, agendada para 30 de junho, perdeu sua força devido ao recuo de algumas centrais sindicais, como CUT e Força Sindical, que optaram por construir uma negociação com o governo, em vez de ir às ruas numa nova greve geral

2017 – Aprovação da Reforma Trabalhista

2018

2018 - Quintas Culturais Adufop

Em 2018 a Adufop iniciou o projeto Quintas Culturais, que visava proporcionar um ambiente de lazer e cultura na sede do sindicato

2018-2021

20ª Diretoria Adufop*

Presidente: André Luiz Monteiro Mayer

Vice-presidente: Rodrigo Meira Martoni

1ª Tesoureira: Kathiuça Bertollo

2º Tesoureiro: Joaquim Batista de Toledo

1ª Secretária: Cristina de Oliveira Maia

2ª Secretária: Amanda Sávio Nascimento e Silva

*O período de mandato desta gestão, que se encerraria em maio de 2020 devido à pandemia da Covid-19, foi prorrogado por duas vezes: na primeira vez, via deliberação do Conselho de Representantes e, na segunda, através de Assembleia.

Foto: Divulgação Corpo de Bombeiros

2019

2019 – Rompimento de barragem em Brumadinho

O rompimento da barragem em Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019, foi o maior acidente de trabalho no Brasil em perda de vidas humanas e o segundo maior desastre industrial do século; foi também um dos maiores desastres ambientais da mineração no país, depois do rompimento da barragem em Mariana

2019 – Aprovação da Reforma da Previdência

2019 – 1º Encontro Regional por um Novo Modelo de Mineração

O Encontro foi realizado em novembro, resultado da articulação entre a Adufop e os movimentos sociais MAM e MAB, o sindicato Metabase Inconfidentes e o movimento estudantil da UFOP

2020

2020 – Início da pandemia da Covid-19

2020 – Criação da FLAMa-MG - Frente Mineira das Atingidas e dos Atingidos pela Mineração

Em 2020, foi criada a FLAMa-MG, da qual a Adufop é parte com demais movimentos sociais, estudantis, entidades sindicais, partidos políticos no

FRENTE MINEIRA DE LUTA DAS ATINGIDAS E DOS ATINGIDOS PELA MINERAÇÃO

FLAMa -MG

campo da esquerda e pessoas atingidas diretamente pela mineração extrativista na região de base de atuação da Adufop; a criação é resultado do 1º Encontro por um Novo Modelo de Mineração, ocorrido no ano anterior

2020 - Indicações Culturais Adufop

A Adufop retoma a iniciativa das Quintas Culturais por considerar a arte e suas expressões um elemento fundamental na e para a existência humana; no entanto, em função da pandemia da Covid-19, que impôs uma reorganização das atividades presenciais, a frente de atuação passou a ocorrer por meio da semanal Chamada Cultural; tal iniciativa, de caráter coletivo e aberto, contou e conta com a colaboração de toda a comunidade acadêmica via indicações de filmes, livros, músicas, cantores e cantoras, expressões da pintura, poesia, dentre outras; as indicações recebidas/aprovadas são publicadas nas redes sociais e no site da Adufop às sextas-feiras

2021-2023

21ª Diretoria Adufop*

Presidente: Kathiuça Bertollo

Vice-presidente:

Deborah Kelly Nascimento Pessoa

1º Tesoureiro: Rodrigo Fernandes Ribeiro

2º Tesoureiro: Marcelo Donizete da Silva

1ª Secretária: Joana Ferreira do Amaral

2ª Secretária: Karina Barbosa de Queiroz

*Primeira diretoria cuja presidência é ocupada por uma mulher e primeira chapa composta majoritariamente por mulheres

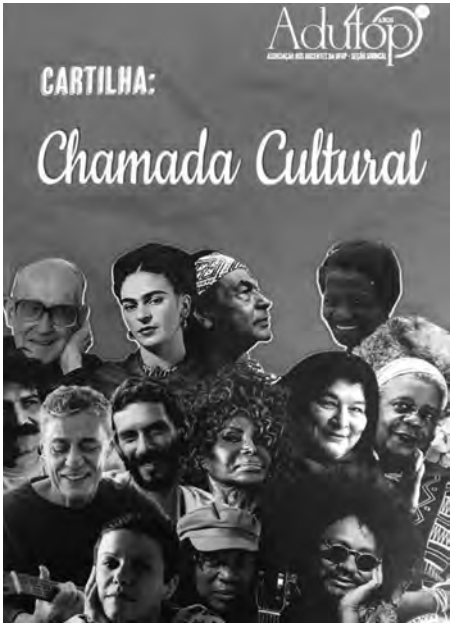
2021

2021 – Início da parceria com a Expressão Popular

A Adufop inicia parceria com a Expressão Popular e demais seções do ANDES-SN para publicações de obras importantes, como Nova Gazeta Renana - Karl Marx e Friedrich Engels; esta parceria, aprovada no 39º Congresso do Sindicato Nacional, se estende e já foi firmada para mais três obras

2021 - Lançamento da Cartilha Chamada Cultural Adufop

Lançamento em formato virtual da Cartilha Chamada Cultural Adufop



2021 – Início da Campanha Adufop 40 Anos

2022

2022 - Lançamento da Cartilha Chamada Cultural Adufop impressa

Lançamento da Cartilha Chamada Cultural Adufop impressa, com as indicações dos dois anos da iniciativa

2022 – Lançamento do Documentário Adufop 40 Anos

Em outubro de 2022, foi lançado o Documentário Adufop 40 Anos

Foto: Larissa Lana

2022 – Lançamento do primeiro Caderno de textos da Adufop

Em novembro de 2022, é lançado o Caderno de textos Adufop 40 anos; a iniciativa é uma chamada coletiva de contribuição teórica sobre a educação, a universidade pública e a luta sindical docente

2022 – Início do processo de reforma e adequação da sede da Adufop

A reforma e adequação da sede da Adufop tem como objetivo melhor atender à base dos sindicalizados no que se refere a um espaço coletivo e ativo de existência

2022 - Dezembro

Confraternização comemorativa dos 40 anos da Adufop

Adufop 40 anos:
Uma viagem pela história da UFOP
e da luta sindical docente e popular

Fontes:

• Arquivo Adufop.

• ESCOLA de Pharmacia de Ouro Preto. Ouro Preto, MG: [s.n.], [1921]. 1 foto, gelatina e prata, p&b, 11,8 x 16,7 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon628275/icon628275.jpg. Acesso em: 16 set. 2022.

• ESCOLA de Minas, Grupo Escolar D. Pedro II, Agencia do Correio e Igreja de N. S. das Merces. [S.l.: s.n.], [19--]. 1 foto, gelatina, p&b, 11,7 x 17 cm. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=43293. Acesso em: 16 set. 2022.

• Site ANDES-SN 40 Anos: https://40anos.andes.org.br/. Acesso em: 09 set. 2022.

• Revista Universidade e Sociedade Ano XXXI - nº 68 - julho de 2021. Artigo: A luta de classes na educação superior pública: considerações sobre a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Autoras: Kathiuça Bertollo, professora da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Lidinês de Carvalho Pinto, bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); e Ana Luiza Lage de Castro, bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Editora da ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Rua Antônio José Ramos, 65 - Bauxita
CEP 35400-000 - Ouro Preto - MG
Tel.: (31) 3551-5247
secretaria@adufop.org.br
www.adufop.org.br

Organização: Kathiuça Bertollo e Larissa Lana

Encarregatura de Imprensa e Divulgação: Larissa Lana

Editoria Executiva: Kathiuça Bertollo, Deborah Nascimento,
Joana Amaral, Karina Barbosa, Rodrigo Ribeiro e Marcelo Donizete

Projeto Gráfico, Edição de Arte, Editoração e Capa:
Donas Marcianas Arte e Comunicação -
Gabi Caspary - donasmarcianas@gmail.com

Revisão Gramatical: Gizane Silva

Tiragem: 1000 exemplares

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Caderno de textos : 40 anos Adufop / Rivânia Lucia Moura de Assis ... [et al.] ; organização Kathiuça Bertollo, Larissa Lana. -- Ouro Preto, MG : Adufop - Associação dos Docentes da UFOP, 2022.

Outros autores: Eblin Farage, Rodrigo Fernandes Ribeiro, Kathiuça Bertollo, Marcilene da Conceição Menezes Murta, Gustavo Seferian e Fran Rebelatto.

ISBN 978-65-999147-0-6

1. Associação dos Docentes da Universidade Federal de Ouro Preto (Adufop) - História 2. Educação pública 3. Ensino superior - Brasil 4. Universidades públicas - Brasil I. Assis, Rivânia Lucia Moura de. II. Farage, Eblin. III. Ribeiro, Rodrigo Fernandes. IV. Bertollo, Kathiuça. V. Murta, Marcilene da Conceição Menezes. VI. Seferian, Gustavo. VII. Rebelatto, Fran. VIII. Lana, Larissa.

22-133956 CDD-371.14098151

Índices para catálogo sistemático:

1. Associação dos Docentes da Universidade Federal de Ouro Preto : História 371.14098151

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Expedição:
ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Rua Antônio José Ramos, 65 - Bauxita
CEP 35400-000 - Ouro Preto - MG
Tel.: (31) 3551-5247
secretaria@adufop.org.br
www.adufop.org.br

Como parte das comemorações dos 40 anos da Adufop, a publicação que aqui se apresenta nos impulsiona a refletir sobre o movimento sindical e seus desafios. Atravessamos um momento ímpar na história da nossa frágil democracia; vivemos os últimos quatro anos sob a égide do fascismo, com uma violenta política de extermínio dos direitos da classe trabalhadora em nosso país. Vivenciamos o aumento exponencial do racismo, do machismo, da lgbtfobia, do capacitismo e da misoginia, que se ancoram na política genocida, negacionista e de extrema direita do governo federal.

Esta publicação, portanto, ganha expressiva relevância por condensar textos com temáticas imprescindíveis para a luta da classe trabalhadora. A diretoria da Adufop acertadamente registra neste livro importantes contribuições para o movimento docente e, principalmente, para refletirmos um projeto societário em que educação, arte e meio ambiente sejam bens comuns e não, mercadoria.

Rivânia Moura